

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Diferença de renda cresce no topo e 0,1% fica mais rico do que o 1%..... 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Renda dos super-ricos cresceu mais no pós-pandemia..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O IOF sem base no novo Marco Cambial..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

CPMI do INSS precisa ser pautada pelo compromisso com o interesse público (Editorial)
..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

A conta da prestidigitação fiscal (Editorial)..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SEGURIDADE SOCIAL

O impacto da demografia na Previdência Social..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso deve instalar CPMI das fraudes no INSS..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Subsídio tributário recua pela primeira vez em 3 anos..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

União vence no STF discussão previdenciária de R\$ 89 bilhões..... 16

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - A PARTE
SEGURIDADE SOCIAL

CPMI para apurar fraudes no INSS será criada amanhã no Congresso..... 18

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mais de 2 milhões de aposentados do INSS ainda precisam fazer prova de vida; entenda
..... 19

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

STF decide rejeitar recurso que poderia gerar impacto de R\$ 131 bilhões ao INSS..... 21

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Mais de 2 milhões de aposentados do INSS ainda precisam fazer prova de vida; entenda
(Previdência)
..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

0,1% mais rico amplia concentração de renda.....	24
VALOR ONLINE - NOTICIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Salários das lideranças não devem mudar em 2026, diz consultoria.....	26
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Impactos da reforma tributária em serviços, comércio e fintechs em debate.....	28
FOLHA ONLINE - SP - SAÚDE REFORMA TRIBUTÁRIA	
Redução de 20% no consumo de álcool pode evitar uma morte por hora no Brasil.....	30
CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - CIDADES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Entidades do setor produtivo reivindicam novo Refis.....	32
O GLOBO - RJ - RIO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Prefeitura anuncia que vai desapropriar mais 14 imóveis no Centro.....	34
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Puxada pelo setor agropecuário, "prévia do PIB" cai 0,10% em junho.....	35
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
"Prévia do PIB" recua 0,1% em junho e aponta desaceleração.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Reforma administrativa - CARTAS DE LEITORES.....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Citi tem lucro recorde, mas prevê "seletividade" maior no 2º semestre.....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS ECONOMIA	
Volume de empresas que faliram depois do processo de recuperação é recorde.....	39
CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA ECONOMIA	
Juros altos promovem desaceleração da economia, aponta FGV.....	41

Diferença de renda cresce no topo e 0,1% fica mais rico do que o 1%

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Desde o fim da pandemia, a desigualdade de renda deu um salto: os ricos ficaram mais ricos e a distância em relação aos mais pobres e à classe média aumentou. Mas, nos últimos anos, também na ponta da pirâmide - no 1% mais rico -, a diferença cresceu. Em termos numéricos, o 0,1% mais rico da população ganhou ainda mais do que os demais integrantes do clube do 1%.

O 0,1% mais rico, este grupo de pouco mais de 160 mil pessoas, tem renda mensal superior a R\$ 146 mil (ou R\$ 1,7 milhão por ano).

Nessa conta não entra o patrimônio - ou seja, casas, carros, mansões ou fazendas -, mas o quanto esses contribuintes recebem na geração de riqueza decorrente deste patrimônio, como os lucros de uma empresa, por exemplo, além da sua renda do trabalho e de ganhos financeiros.

O estudo foi feito pelo economista Sérgio Gobetti, que também é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com Priscila Kaiser Monteiro e Frederico Nascimento Dutra, e está publicado no site Fiscal Data, um hub de publicações sobre política fiscal e tributária.

Gobetti vem investigando há anos a renda dos mais ricos com base em informações da **Receita Federal**, que passou a dar acesso a dados estatísticos mais detalhados do Imposto de Renda a partir de 2017. Isso abriu a porta para a elaboração de estudos com mais informações sobre o comportamento da renda no topo da pirâmide.

Entre 2017 e 2023 (último ano com dados disponíveis), a renda do 0,1% mais rico cresceu 6,9% ao ano, bem mais do que o Produto Interno Bruto (PIB) e do que a renda média das famílias brasileiras (+1,4%).

O 1% também viu a sua renda aumentar (+4,4%), mas numa velocidade inferior à da ponta da pirâmide.

Entre o 0,01% mais rico, estrato ainda mais seletivo dos mais ricos - com renda acima de R\$ 855 mil mensais -, o crescimento da renda foi ainda maior, de 7,9% no mesmo período, o que comprova a tese de uma

"concentração também no topo da pirâmide", segundo Gobetti.

"A participação do 1% mais rico (na renda total) passou de 20,4% para 24,3%, e 85% desse acréscimo de 3,9 pontos percentuais foi apropriado pelo 0,1% mais rico", afirmam os pesquisadores.

O 0,1% detém sozinho 12,5% da renda total das famílias brasileiras, número que poderia ser ainda maior se os pesquisadores tivessem computado as rendas de fundos fechados e offshore, que passaram a ser declarados em 2023. A exclusão, segundo Gobetti, foi feita para não deformar a comparação com os dados passados, mas indica que a concentração no pico da pirâmide é provavelmente maior.

Os economistas traçam hipóteses para entender o que pode explicar esse comportamento de concentração até entre os mais ricos. Para tanto, eles decompõem as origens do aumento da renda. A partir disso, nota-se que, entre os 0,1% mais ricos, o que se destaca é a contribuição vinda de lucros e dividendos - 66% do crescimento veio dessa origem - e 23% do incremento de outras rendas do capital.

PEJOTIZAÇÃO. No 1% mais rico (afora os 0,1%), os lucros e dividendos também explicam boa parte do aumento; mas, neste caso, os economistas notam que a contribuição foi praticamente equivalente à queda da renda do trabalho.

Isso sugere que muitos profissionais liberais que estão nessa faixa de renda podem ter aderido à pejotização como forma de recolher menos Imposto de Renda e, assim, obtiveram ganho de renda, ainda que inferior ao cume da pirâmide.

Os dividendos são atualmente isentos de IR. O projeto de lei que propõe isentar o imposto de quem ganha até R\$ 5 mil prevê a tributação dessa fonte, desde que o contribuinte não tenha recolhido o IR mínimo para a sua faixa de renda.

O chamado "Imposto de Renda Mínimo" deve alcançar, segundo a Receita, 144 mil contribuintes com renda acima de R\$ 50 mil mensais e que recolhem menos IR porque têm acesso a isenções, como a dos dividendos, para escapar da tributação.

O projeto prevê uma tributação adicional gradual que chega a 10% para quem ganha R\$ 100 mil por mês ou mais.

"O ganho aumentou nas rendas altas, o que redobra a importância de se mudar o tratamento tributário conferido a lucros e dividendos - o que torna mais latente a presença de uma reforma que altere isso", afirma Gobetti.

Mas como os ganhos com lucros e dividendos podem ter contribuído para um crescimento maior da renda no topo da pirâmide sem que o **PIB** tenha crescido na mesma proporção?

A hipótese dos pesquisadores é que os ganhos podem ter aumentado com preços mais altos de commodities (como as agrícolas), após a pandemia, que ampliam a renda dos mais ricos, mas não necessariamente a quantidade produzida e o **PIB**.

Isso pode ajudar a explicar como a renda se concentrou mais em Estados da região Centro-Oeste no período analisado.

Em Mato Grosso, de 2017 a 2023, a renda concentrada no 1% mais rico subiu de 20% para 30% - superando até a média nacional (24,3%). |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Renda dos super-ricos cresceu mais no pós-pandemia

Com o projeto de lei (PL) que introduz uma taxa mínima do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para quem ganha mais de R\$ 600 mil entre as prioridades da Câmara neste segundo semestre, um estudo publicado ontem mostra que os super-ricos viram seus rendimentos crescerem ainda mais rapidamente após a pandemia de Covid-19, levando a uma maior concentração de renda.

De 2017 a 2023, a renda dos brasileiros que estão no grupo do 0,1% mais rico -cerca de 160 mil pessoas, pois os cálculos consideram pessoas de 18 anos ou mais -cresceu a uma média de 6,9% ao ano, enquanto o rendimento médio de todos avançou apenas 1,4% ao ano. Com isso, a porção do rendimento total apropriado pelo 0,1% mais rico passou de 9,1%, em 2017, para 12,5%, em 2023.

Os dados mostram forte concentração no topo: o 1% mais rico -1,6 milhão de pessoas -ficou com 24,3% do total de rendimentos em 2023, ou seja, metade disso fica apenas com o grupo de 0,1%.

Nas contas do estudo, publicado pelo Fiscal Data - incluindo um simulador sobre a pirâmide de renda -, para entrar no grupo do 1% mais rico é preciso ganhar mais de R\$ 417 mil ao ano. No grupo de 0,1%, o piso é R\$ 1,754 milhão.

Para o economista Sérgio

Gobetti, assessor da Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul e coautor do estudo, com Frederico Nascimento Dutra e Priscila Kaiser Monteiro, o crescimento dos rendimentos no topo e o aumento da concentração podem ser efeito da **inflação** pós-pandemia - as empresas aproveitaram para engordar os lucros -e reforçam a urgência do aumento da tributação sobre os super-ricos, especialmente por causa da isenção sobre os dividendos.

Hoje, os dividendos, principal forma de repasse do lucro das empresas para sócios ou acionistas, são isentos do pagamento do IRPF.

LUCROS E DIVIDENDOS

O estudo mostra que o principal componente que puxou o salto do rendimento médio dos super-ricos de 2017 a 2023 foi o pagamento de lucros e dividendos.

As rendas de salários até recuaram -sinal, segundo Gobetti, de "pejotiza-ção", quando profissionais liberais de elevada qualificação constituem empresas para receber a remuneração do trabalho via prestação de serviço, no lugar da carteira assinada.

- Isso redobra a importância de se mudar o tratamento tributário que é conferido a lucros e dividendos -disse Gobetti, comparando o Brasil com outros países. -Na última década, o movimento da maioria das economias do mundo foi de aumentar a tributação de dividendos no ní-

vel da pessoa física e de reduzir no nível das empresas.

Um recorte regional dos dados aponta também para uma elevada concentração de renda associada ao bom desempenho do agronegócio. Desde a pandemia, uma combinação de cotações de grãos em alta com desvalorização do câmbio elevou os rendimentos dos produtores em reais. Em Mato Grosso, destaque na produção de grãos, a parcela da renda total estadual apropriada pelo 0,1% mais rico local praticamente dobrou, de 9,7% em 2017 para 17,4% em 2023.

Gobetti chamou a atenção para o fato de que o estudo

corroboras as estimativas, já divulgadas pelo Ministério da Fazenda, de que uma quantidade relativamente pequena de contribuintes será atingida pela taxa mínima do IRPF proposta no projeto de lei enviado ao Congresso. Nas estimativas divulgadas pela **Receita Federal**, 140 mil contribuintes seriam afetados, já que boa parte do grupo que ganha acima de R\$ 600 mil ao ano já paga o equivalente a 10% de IRPF.

Essas estimativas foram feitas com base no PL original enviado ao Congresso pelo governo. Segundo cálculos dos pesquisadores Guilherme Klein Martins e João Pedro de

Freitas Gomes, publicados em julho pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da USP, o parecer do relator do PL na Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não alterou significativamente os resultados.

PRECISÃO MAIOR

O estudo de Gobetti, Dutra e Priscila usa dados das declarações do IRPF, da **Receita Federal**, para medir o rendimento dos mais ricos - os dados tributários são considerados mais precisos que os das pesquisas domiciliares, como a Pnad Contínua, do IBGE. Nas contas do estudo, com os dados do IRPF, a renda total do 0,1% mais rico da população adulta é 12 vezes maior do que o indicado na Pnad, feita por amostragem, com base nas informações passadas em entrevistas.

A divulgação mais recente da Pnad Contínua sobre o tema, em maio, mostrou alta da renda em 2023 e 2024. O avanço foi mais acelerado entre os mais pobres, resultado de uma combinação da consolidação do Bolsa Família com um benefício maior -após a majoração de 2022, durante a campanha eleitoral para presidente -com o bom momento do mercado de trabalho.

Com base nos dados, o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social) estimou que 6 milhões de pessoas deixaram a extrema pobreza em 2023 e 2024. Nos cálculos do IBGE, a desigualdade caiu no ano passado, mas, segundo Gobetti, os dados do IRPF sugerem que isso ocorreu apenas na base, porque "a renda dos mais pobres cresceu, e cresceu mais do que a renda da classe média".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O IOF sem base no novo Marco Cambial

**Luiz O. V. de Viana Bandeira e Raphael de Campos
Martins**

O novo marco legal cambial brasileiro, instituído pela Lei nº 14.286/2021 e regulamentado por normas infralegais do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, consolidou princípios como a liberdade cambial e a simplificação das transações financeiras internacionais. Um dos principais efeitos dessa modernização foi a revogação da obrigatoriedade de realização de certas operações que, até então, vinham sendo exigidas pelos reguladores, entre elas as chamadas operações simultâneas. Apesar dessa evolução normativa, a **legislação tributária** ainda não acompanhou essa transformação, gerando distorções práticas relevantes, especialmente no tocante à incidência do IOF-Câmbio sobre operações que, sob a ótica econômica e regulatória atual, deveriam ser tratadas como unitárias.

As operações simultâneas de câmbio, de modo geral, servem para estruturar juridicamente a conversão de modalidades de ingresso ou saída de recursos no país. Um exemplo recorrente é a transformação de uma relação de dívida, por exemplo, um contrato de mútuo externo, em uma relação de participação societária. Nesses casos, o investidor estrangeiro que aportou recursos inicialmente por meio de instrumentos de dívida opta por converter esse crédito, posteriormente, em participação societária na sociedade devedora. Do ponto de vista contábil, o que ocorre é a transferência do valor correspondente de um passivo exigível (dívida) para um passivo não exigível (capital social).

No regime regulatório anterior, a formalização dessa conversão demandava a realização de duas operações de câmbio: uma de saída, correspondente à liquidação do empréstimo, e outra de entrada, representando o novo aporte de capital. Ambas estavam sujeitas ao IOF-Câmbio, sendo que apenas em algumas hipóteses, essas operações simultâneas eram isentas.

Com a revogação da Resolução CMN nº 4.373/2014 e da Resolução BCB nº 281/2022 pela Resolução Conjunta CMN/BCB nº 13/2023, deixaram de existir as bases regulatórias que fundamentavam a exigência de realização das operações simultâneas. A nova regulamentação passou a permitir que a conversão de dívida em capital se dê por meio de declaração formal do investidor não residente, dispensando o retorno simbólico dos recursos ao exterior e a consequente

recompra de moeda estrangeira para fins de capitalização. Assim, do ponto de vista regulatório, a necessidade de realizar duas operações de câmbio deixou de ser justificada.

No entanto, as normas do IOF-Câmbio permanecem ancoradas na lógica das operações simultâneas e continuam descrevendo as operações que foram extintas pela regulamentação do Banco Central. Nem mesmo as recentes atualizações ao Decreto nº 6.306/2007, que regulamenta o IOF, trataram de fazer essa uniformização. Ao contrário, a atualização previu abstratamente o aumento de alíquota com uma hipótese que, a rigor, pela regulação, não se exige mais a realização de operação simultânea de câmbio, que é a liquidação de operação de câmbio para ingresso de recursos no país referente a empréstimo externo.

Como resultado, contribuintes e instituições financeiras seguem sem segurança jurídica sobre como devem prosseguir nesse tipo de operação, apesar de a prática atual de mesas de câmbio e departamentos de compliance já estar adaptada às novas normas cambiais. Na conversão de dívida em capital, por exemplo, é comum que se faça a conversão via inserção de informação no sistema.

O risco de bitributação persiste, portanto, não por força de exigência regulatória, mas pela inércia normativa da legislação fiscal.

Do ponto de vista jurídico, a subsistência da tributação duplicada não encontra mais respaldo material. Ainda que, em tese, a realização de operações simultâneas não tenha sido banida do ordenamento, sua obrigatoriedade expressa foi revogada na esfera regulatória. Isso significa que, embora as partes possam optar por sua realização, a operação deixou de ter obrigatoriedade precisa na regulação, o que altera substancialmente a natureza jurídica da operação para fins tributários. A imposição de IOF-Câmbio com base em uma formalidade que não é mais necessária carece de base legal concreta, abrindo espaço para questionamento judicial e insegurança jurídica.

Frente a esse cenário, torna-se urgente a revisão das normas fiscais que regem o IOF-Câmbio. Atualizar de forma adequada o Decreto nº 6.306/2007 é essencial para harmonizar o tratamento tributário com a nova realidade cambial. A permanência do risco de bitributação não apenas desincentiva a conformidade,

mas também fragiliza o ambiente regulatório e clic negócios, indo

na contramão dos esforços recentes de simplificação do acesso clic investidores não residentes ao mercado financeiro clic de capitais brasileiro.

Enquanto isso não ocorre, seria possível mitigar os impactos por meio de ato declaratório interpretativo clic **Receita Federal**, reconhecendo que, na ausência de fluxo cambial, não há fato gerador do IOF. Essa medida, aincla que de caráter infralcgal, restabeleceria a coerência entre a regulação cambial clic incidência tributária, promovendo segurança jurídica e previsibilidade às operações internacionais decapitali.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188301?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188301?page=1§ion=1)**

CPMI do INSS precisa ser pautada pelo compromisso com o interesse público (Editorial)

O Congresso vai instalar, nesta quarta-feira, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), formada por 15 senadores e 15 deputados, para investigar o esquema de descontos ilegais em aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A Polícia Federal e a Controladoria- Geral da União (CGU), responsáveis pelas investigações, estimam que 4,1 milhões de beneficiários foram vítimas da fraude entre 2019 e 2024 e que ao menos R\$ 6,3 bilhões foram desviados.

Em entrevista ao Correio, o ministro da **Previdência Social**, Wolney Queiroz, disse que 1,65 milhão de aposentados e pensionistas, o que corresponde a 75% das vítimas dos golpes, foram ressarcidos dos descontos ilegais, em parcela única, corrigida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No total, o governo superou a marca de R\$ 1 bilhão pago aos beneficiários do **INSS**.

Para o ministro, trata-se de "uma operação gigante e uma vitória". Por isso, apesar do risco de o atual cenário de tensão política "contaminar" a CPMI, Wolney Queiroz, que assumiu a pasta depois da revelação da fraude, acredita ter "uma boa história para contar" aos parlamentares.

A preocupação do ministro faz sentido.

Não são incomuns os casos de sessões de comissões parlamentares de inquéritos em que o enredo se distancia da conduta que a sociedade espera dos parlamentares. Na recente CPI das Bets, questionamentos de interesse público foram trocados por pedido de selfie ou tutorial de como fazer apostas on-line. Na CPI da Covid, parlamentares governistas e da oposição protagonizaram bate-bocas lamentáveis, recheados de informações sem sustentação científica e até de conteúdo machista.

O recente motim promovido pelos opositores do governo e aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro também é um sinal de alerta. O grupo paralisou os trabalhos da Câmara e do Senado em mais um gesto revelador do clima inadequado ao bom debate que domina o parlamento brasileiro.

A criação da CPMI é uma das prioridades da oposição no Congresso, que aposta em um possível desgaste no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e em ganhos eleitorais para as disputas de 2026. Esperar comedimento, portanto, é ingenuidade.

Ainda que mais exaltados, espera-se que os debates da CPMI que começa nesta semana se pautem pelo bom senso e pelo compromisso com o interesse público. Não é fazendo das divergências um cabo de guerra que será encontrada uma solução para melhorar os serviços prestados pelo **INSS**, a fim de eliminar problemas como as gigantescas filas para obtenção de benefícios, reduzir a demora na concessão de direitos e outros benefícios previstos aos contribuintes.

Há um movimento de descredibilização da Previdência que precisa ser enfraquecido. Como alertou o ministro Wolney Queiroz, é a confiança de que o Brasil tem "um sistema robusto, sólido, permanente, perene, que vai fazer o jovem brasileiro se sentir estimulado a contribuir com esse sistema". A sustentabilidade do país depende disso.

Não há dúvidas de que os golpes com dinheiro público precisam ser investigados e de que os criminosos têm que ser punidos. Também deveria ser consenso que o esquema de fraude bilionária revelado em abril pela PF e pela CGU não pode virar motivo para mais um espetáculo político que alimente a polarização, sobretudo nas redes sociais, e siga comprometendo o desenrolar da agenda do Congresso e a credibilidade da Previdência.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7709/19-08-2025.html?all=1>

A conta da prestidigitação fiscal (Editorial)

O mais recente artifício a que o governo recorreu para preservar a meta fiscal foi a exclusão dos gastos relacionados ao plano de socorro para exportadores afetados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos, estimado em R\$ 9,5 bilhões. Há que reconhecer que o estrago ficou até relativamente contido, tendo em vista o histórico desse tipo de pacote e as relações de proximidade que os setores atingidos mantêm com o Executivo federal, mas a manobra é apenas mais uma a engrossar uma longa lista de despesas contabilizadas fora da meta fiscal ao longo do governo Lula da Silva.

Reportagem publicada pelo Estadão mostra que essa conta está cada vez mais próxima dos R\$ 400 bilhões. Cálculos da XP Investimentos apontam que as despesas fora da meta devem alcançar ao menos R\$ 387,8 bilhões até o fim de 2026, enquanto o BTG Pactual estima que elas chegarão a R\$ 389,7 bilhões. São números impressionantes, sobretudo quando se considera que a meta para este ano é de déficit zero e que a margem de tolerância é de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o que equivaleria a R\$ 31 bilhões.

A equipe econômica tem resposta pronta para o rombo - e a culpa, como sempre, é de Jair Bolsonaro. Para o Ministério da Fazenda, políticas adotadas pelo ex-presidente seriam responsáveis por 87% desse número. De fato, não se deve esquecer que o calote nos precatórios institucionalizado pelo governo anterior contribui com boa parte dessa cifra - R\$ 92,38 bilhões em 2023, R\$ 45,30 bilhões neste ano e R\$ 55,10 bilhões no próximo. Mas os valores não chegam ao percentual supracitado, tampouco são a única razão a explicar a conta.

Parte relevante desse rombo se deve aos gastos relacionados à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, aprovada e promulgada pelo Congresso no fim de 2022 com o apoio explícito de Lula da Silva. Bem se sabe que era preciso recompor o Orçamento e retomar políticas públicas destruídas pelos anos de bolsonarismo, mas parlamentares e integrantes do governo recém-eleito aproveitaram o ensejo para se refestelar, o que fez com que os gastos fora da meta atingissem R\$ 145 bilhões.

A derrubada do antigo teto de gastos e sua substituição pelo arcabouço ressuscitaram os pisos constitucionais de saúde e educação e sua vinculação à arrecadação. Ademais, o governo, com o aval do Congresso, ainda estabeleceu uma nova política que garantiu aumento real para o salário mínimo, piso que

é referência para aposentadorias, pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A dificuldade do governo Lula em colocar as contas em ordem é consequência dessa decisão. Ao aumentar as despesas obrigatórias já de saída em um nível muito acima da **inflação** e garantir reajustes próprios para boa parte delas, o governo tornou impossível a tarefa de limitá-las a um percentual das receitas, como determina o arcabouço fiscal.

O resultado era previsível. Assim como o teto, o arcabouço passou a comprimir cada vez mais o já reduzido espaço das despesas discricionárias, entre elas investimentos e emendas parlamentares. Assim, em vez de mirar o centro da meta, o governo passou a buscar seu limite inferior, não deixando gordura alguma para lidar com acontecimentos imprevisíveis.

E eles foram muitos: as calamidades causadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul e pelas queimadas no Norte e Centro-Oeste, a fraude dos descontos indevidos nos benefícios do **INSS** e as sequelas da agressiva política comercial conduzida por Donald Trump, entre outros. Com a proximidade das eleições presidenciais, não é preciso ser um profeta para prever que a conta das despesas fora da meta fiscal aumentará até o fim de 2026.

A recorrência com que o Executivo apela a artimanhas para não ter de admitir a necessidade de mudar a meta só desmoraliza a âncora fiscal. Enquanto o governo apregoa que alcançará o déficit zero como se esse objetivo fosse um fim em si mesmo, a dívida pública avança na proporção do **PIB**, exige juros cada vez maiores para ser financiada e escancara a incapacidade do arcabouço de reequilibrar as contas públicas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O impacto da demografia na Previdência Social

Em março de 2025, o Estadão publicou meu artigo Demografia e o impacto na geopolítica (5/3, A5) em que alinhei fatores que estariam afetando a questão demográfica no Brasil e no mundo. Ao final, conjecturava sobre como as alterações populacionais estariam mudando o ranking projetado pelas Nações Unidas dos países mais populosos nos próximos 20 anos e que elas poderiam vir a afetar sensivelmente a geopolítica mundial com impacto na área econômico-financeira de diferentes países e no comércio mundial. Os países mais populosos serão: Índia, China, Nigéria, EUA, Paquistão, Etiópia, Bangladesh e Hong Kong.

No caso brasileiro, grande ênfase foi dada aos déficits crescentes da **Previdência Social** e consequentes pressões na busca de uma equação que atenda a questão fiscal sem penalizar os beneficiários. Algumas dessas modificações foram registradas e comentadas, das quais saliento:

No Brasil, a taxa média de natalidade é de 1,55, sendo mais elevada no Norte com 1,89, assim como no Amazonas e em Roraima. As menores taxas são de São Paulo (1,33), Rio de Janeiro (1,35), na Região Sul (1,5) e no Centro-Oeste (1,64). A população idosa está crescendo sensivelmente.

Constatamos que o panorama sobre alterações populacionais vem ocorrendo com maior rapidez do que o projetado. Em 2020, a proporção de idosos com mais de 65 anos era de 14%. O projetado para 2070 é de 54%.

Especialistas alertam para o desafio de estarmos abaixo da taxa de reposição populacional (filhos por mulher), que levará à redução da população nas próximas décadas, afetando a **Previdência Social**, com menos contribuintes e mais aposentados e usuários dos planos de saúde. O governo estima alta de 9% para 2026 e rumo a R\$ 1 tri. O Tribunal de Contas da União (TCU) estima que R\$ 10 bilhões em 2025 são indevidos.

Em relação à imigração, o número de estrangeiros e naturalizados voltou a subir no País após décadas de queda. Predominância de latino-americanos, especialmente venezuelanos, por razões conhecidas, como a questão humanitária. Totalizaram 271,5 mil, sendo que 199 mil chegaram entre 2017 e 2022.

Mundialmente estamos registrando uma cruzada anti-imigrantes em muitos países. Os EUA colocaram em prática uma política de expulsão dos não documentados como também a inviabilização dos que buscam acolhida. Essas políticas ostensivas estão afetando

principalmente a área de prestação de serviços, como restaurantes e agronegócios, que estão perdendo funcionários e em diferentes circunstâncias são ostensivamente retirados do seu local de trabalho.

Internamente, entre 2017/2022, tivemos alterações no saldo migratório, sendo que Santa Catarina, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Paraná receberam o maior número de imigrantes, enquanto Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pará e São Paulo tiveram uma diminuição. A questão econômica, obviamente, teve papel preponderante nessa alteração.

Portugal, que tinha a preferência de brasileiros na busca por melhores condições de vida, está expulsando aqueles que não têm autorização de trabalho. Na Alemanha, o partido de extrema direita AfD recusa a entrada de imigrantes no país.

Na China, tivemos a retomada da questão da taxa de natalidade. O governo vem incentivando o aumento do número de bebês. O presidente Xi Jinping deixou claro em 2024 que o declínio populacional traz desafios, como a redução de mão de obra e, consequentemente, menor impulso ao consumo.

É cada vez maior a relevância do déficit previdenciário. Nos últimos meses, passou a haver maior cobertura pela mídia alertando sobre o impacto do aumento da carga sobre as despesas públicas. O Centro de Liderança Pública alerta para o impacto dos efeitos do rápido envelhecimento da população brasileira nas contas públicas e o desequilíbrio na queda da taxa de natalidade nas últimas décadas. Recomendam medidas severas para desarmar o que técnicos chamam de bomba fiscal, agravado pelas novas tarifas que afetarão o emprego.

O economista Fábio Giambiagi indica que a participação do gasto com a Previdência mais do que dobrou de 1997 até os dias de hoje. O peso do salário mínimo como indexador dos beneficiários já representa 3,1% do **PIB**, sendo que em 1997 era

1,15%. Ele atribui principalmente à política de valorização do real (acima da **inflação**), que impacta o custo da **Previdência Social**. Anteriormente, o teto foi fixado no salário mínimo, mas com sucessivos aumentos reais do piso, o teto de recebimento do **INSS** hoje foi estabelecido em R\$ 8.157,14, passando a representar pouco mais de cinco vezes o salário mínimo

Esses números ressaltam a necessidade de revisão da regra do aumento real do mínimo, levando em consideração o fim do bônus demográfico (número de contribuintes insuficientes para cobrir o crescimento do déficit da Previdência). A solução óbvia a médio prazo será a retomada do crescimento e a consequente geração de empregos.

Enfim, é algo muito delicado, pois para muitos, nossa estrutura inviabiliza que o sistema da Previdência sobreviva sem a contribuição do Estado. Essa é uma situação que penaliza a maior parte da população e deve ocupar espaço importante na agenda governamental. Com a questão fiscal no radar dos mercados, serão necessárias medidas mais radicais.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso deve instalar CPMI das fraudes no INSS

O Congresso marcou para amanhã, às 11h, a reunião de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar descontos fraudulentos em aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Pelo acordo, o colegiado será presidido pelo senador Omar Aziz (PSD-AM). A reportagem caberá ao deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO).

O grupo será formado por 32 titulares, sendo 16 deputados e 16 senadores, além dos suplentes. O requerimento foi lido pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Bra-sil-AP), em 17 de junho e, desde então, o Congresso aguardava as indicações de membros pelos líderes partidários.

Até a manhã de ontem, as bancadas já haviam enviado a lista de 24 titulares à comissão. O restante deve ser oficializado nos próximos dias. naomi matsui

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Subsídio tributário recua pela primeira vez em 3 anos

Os gastos do governo federal com subsídios atingiram R\$ 678 bilhões, ou 5,78% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024, o que representa queda na comparação com os dois anos anteriores - em 2023, eles representaram 6,11% do **PIB** e, em 2022, 6,1% do **PIB**. O dado consta do Orçamento de Subsídios da União (OSU), que será divulgado nesta terça-feira (19) pelo Ministério do Planejamento e discutido pela titular da pasta, Simone Tebet, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

São três grandes grupos de subsídios. O maior deles são os gastos tributários, formados por descontos e isenções em **tributos**, que chegaram a R\$ 564 bilhões e respondem por 83,1% do total. Na comparação com 2023, apresentaram alta de 4,1%.

Outro componente são os subsídios financeiros, que incluem subvenções bancadas pelo governo para reduzir juros em empréstimos, que somaram R\$ 65 bilhões e registraram crescimento de 47,4%. Por fim, há os subsídios creditícios, que são programas públicos de crédito, que recuaram 39,9% no período ao atingir a marca de R\$ 50 bilhões.

O relatório do OSU diz que os subsídios tributários e creditícios não constam da peça principal do Orçamento Geral da União (OGU), "o que diminui a necessária transparência dos recursos públicos, visto que nem as receitas renunciadas nem os gastos incorridos com juros subsidiados integram as alocações orçamentárias que são anualmente discutidas, modificadas e aprovadas pelos parlamentares".

"Nos últimos anos começou esse debate de justiça tributária e as pessoas começam a olhar mais para isso, mas é um tema muito técnico que nos esforçamos para traduzir", disse ao Valor o secretário de Monitoramento, Avaliação de Políticas Públicas e Temas Econômicos do Ministério do Planejamento, Wesley Matheus de Oliveira.

No fim do ano passado, em meio aos esforços da equipe econômica para viabilizar o cumprimento das metas fiscais em 2025 e 2026, intensificou-se o debate em torno de cortes estruturais nas despesas, inclusive gastos tributários. Os dados do OSU mostram que houve ao menos uma redução estrutural importante, com o fim do benefício do Patrimônio do Servidor

Público (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) zerado sobre combustíveis. No entanto, outros itens se elevaram, o que explica o crescimento de 4,1% nesse conjunto.

É por causa desse debate que o relatório do OSU ganha importância, avalia o analista da BRCG Matheus Rosa Ribeiro. Ele nota que o governo tem defendido um ajuste fiscal focado nas receitas, particularmente pela eliminação do que considera serem injustiças do sistema tributário.

"É bem possível que a revisão de parte desses subsídios, principal mente no que tange os subsídios tributários, seja parte relevante do ajuste fiscal dos próximos anos", comenta. "Esse relatório vai nos ajudar a ter as bases sobre o ajuste fiscal que podemos efetivamente imaginar a partir desses subsídios, principalmente os tributários."

Ele considera que o debate do ajuste das contas públicas pelo

"Nos últimos anos começou o debate de justiça tributária"

Wesley Matheus de Oliveira lado das receitas será adiado, por causa da folga fiscal de R\$ 12 bilhões que o governo pode obter, se for aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66, que trata dos precatórios.

A queda na conta global de subsídios como proporção do **PIB**, diz o secretário de Monitoramento, se explica pela retomada da cobrança de PIS/Cofins sobre combustíveis e por fatores conjunturais, como a redução do Custo Médio de Emissão (CME) da dívida pública, além de mudanças contábeis no Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A reoneração dos combustíveis reduziu os gastos tributários em R\$ 31,2 bilhões. Por outro lado, houve aumento de R\$ 10,2 bilhões relacionados ao Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), por conta de isenções e deduções, destaca o relatório.

Esse movimento, explica, ocorre pelo envelhecimento da população, pois 78% dos rendimentos isentos e não tributáveis do IRPF são benefícios destinados ao rendimento de aposentadorias de declarante com 65

anos ou mais, ou por moléstia grave ou acidente. Além disso, 85% das deduções do rendimento tributável são de despesas médicas. Esses benefícios, segundo o Ministério do Planejamento, estão concentrados nos 10% mais ricos da população.

O principal fator que explica o crescimento dos subsídios financeiros é um acerto de contas referente ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), que liquidava resíduos de contratos de financiamento habitacionais. Esse fundo sofreu um "calote" nos anos 1980. Nos anos 1990, a dívida foi reconhecida e passou a ser trocada por títulos chamados Certificados de Variação Salarial (CVS).

No ano passado, houve uma aceleração da emissão dos CVS. Foram R\$ 33 bilhões, ante R\$ 14,7 bilhões em 2023. No total, o estoque desses papéis deverá chegar a R\$ 82,3 bilhões, com vencimento em 1 - de janeiro de 2027.

Os subsídios financeiros cresceram também por causa da retomada do programa Minha Casa Minha Vida e da construção de unidades habitacionais no Rio Grande do Sul, após as enchentes. Os subsídios associados a esse programa passaram de R\$ 700 milhões em 2022 para R\$ 9,3 bilhões em 2023 para R\$ 12,9 bilhões em 2024. Em dois anos, o crescimento foi de 1.742%.

"A redução dos subsídios como proporção do **PIB** foi alcançada mesmo com o governo ainda recompondo o orçamento de programas sociais considerados prioritários", destaca o OSU.

O recuo nos subsídios creditícios está concentrado no Fundo da Marinha Mercante (FMM) e no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com quedas de R\$ 20,4 bilhões e R\$ 10,7 bilhões, respectivamente.

No caso da FMM, houve mudanças na contabilização dos recursos. Além disso, o desempenho foi influenciado pela queda do CME, de 12,2% em 2023 para 11,1% em 2024. O subsídio é determinado pela diferença entre o juro cobrado na linha de crédito e o CME. Esse mesmo fator explica a redução vista no FAT.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188301?page=1§ion=1>

União vence no STF discussão previdenciária de R\$ 89 bilhões

A União venceu, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma discussão previdenciária com impacto previsto de R\$ 89 bilhões. Os ministros decidiram, no Plenário Virtual, pela possibilidade de incidência do fator previdenciário, previsto na Lei nº 9.876, de 1999, aos benefícios - como aposentadorias e pensões - concedidos a contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) até o dia 16 de dezembro de 1998.

A maioria dos ministros seguiu o voto do relator, ministro Gilmar Mendes. Apenas Edson Fachin divergiu. Até 23h59 de ontem, prazo final do julgamento, a ministra Cármen Lúcia não havia votado. O recurso discutia a aplicação do fator previdenciário ou das regras de transição da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, a segurados pelo Regime Geral de **Previdência Social**.

O tema foi julgado em recurso contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Os desembargadores decidiram pela aplicação do fator previdenciário no caso de aposentadoria proporcional por tempo de contribuição, quando deferida com computo de período posterior à Lei nº 9.876, de 1999.

No caso, os segurados defendiam que a emenda, ao estabelecer regras de transição, assegurou aos segurados já filiados ao Regime Geral de **Previdência Social** até 16 de dezembro 1998 a aplicação de critérios próprios e distintos do novo regime inaugurado pela lei de 1999, que instituiu o fator previdenciário.

O fator previdenciário é um coeficiente de ajuste aplicado à média dos salários de contribuição. A fórmula pondera a idade do segurado, tempo de contribuição e expectativa de sobrevivência no momento da aposentadoria, incidindo diretamente na definição do valor da renda mensal inicial. No voto, o relator afirma que o propósito do fator é assegurar que o montante do benefício seja compatível com a capacidade financeira do sistema e com o tempo projetado de gozo da prestação.

A estimativa de impacto apresentada pela Fazenda no processo, para o período de 2000 a 2014, é de R\$ 75 bilhões. O reflexo instantâneo de uma hipotética extinção do fator previdenciário no mês de janeiro de 2015 seria de R\$ 1,161 bilhão, assim, o impacto

financeiro no ano de 2015 seria, minimamente, de R\$ 14 bilhões. Os dados, segundo o ministro Gilmar Mendes, foram fornecidos há quase uma década, então, atualizados, o valor é maior. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é indicado o valor de R\$ 89 bilhões.

No voto, o relator diz que o STF já definiu a validade do fator previdenciário e que o caso trata de saber se a lei posterior poderia prever a aplicação do fator previdenciário aos casos alcançados pela regra de transição da EC 20/1998. Segundo ele, a emenda não estabeleceu uma fórmula de cálculo definitiva, apenas condições de elegibilidade (idade, tempo de contribuição e pedágio) para a quantificação dos benefícios. "Não há, no texto da emenda constitucional utilizada como paradigma, qualquer vedação expressa à adoção de critérios técnicos de cálculo do valor do benefício", afirma (RE 639856).

Ainda de acordo com o relator, a definição do regime jurídico aplicável ao cálculo do benefício não se fixa pela data de ingresso do segurado no regime geral, mas pela data do efetivo preenchimento dos requisitos legais para sua concessão. "Uma vez que tais requisitos foram implementados sob a vigência da Lei nº 9.876/99, a aplicação do fator previdenciário mostra-se não apenas legítima, como constitucionalmente exigível."

Diego Cherulli, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), que é parte interessada na ação, afirma que o tema em si não é novo. Isso porque o STF já vem julgando pela constitucionalização do fator previdenciário em vários temas. Para Cherulli, rever esse posicionamento teria um impacto financeiro grande com reflexo enorme na segurança jurídica.

"O STF está correto em seguir seu posicionamento e negar esse direito", afirma ele, lembrando que nessa situação as pessoas constituíram o clireito à aposentadoria depois da EC 20, de 1998. "Não são pessoas que já tinham clireito adquirido, que cumpriram os requisitos antes da reforma", acrescenta. O advogado lembra que com o fator previdenciário surgiu o redutor para desmotivar a aposentadoria de pessoas muito jovens, até para reequilibrar o sistema.

Segundo Danilo Schettini, advogado previdenciário e

sócio da Advocacia Schettini, a manutenção da regra atual significa controle sobre o orçamento para o governo, evitando a correção de milhares de aposentadorias para valores maiores. Ele destaca que, de acordo com o relator, o fator previdenciário não viola a confiança legítima do segurado, porque visa preservar o equilíbrio atuarial do sistema previdenciário - que tem previsão constitucional.

O artigo 201 da Constituição determina que a **previdência social** será organizada sob a forma do Regime Geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, "observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188301?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188301?page=1§ion=1)**

CPMI para apurar fraudes no INSS será criada amanhã no Congresso

Ana Paula Ramos e Lara Alves/O TEMPO Brasília

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CP-MI) para apurar o esquema de fraudes do **INSS** será instalada amanhã no Congresso. O objetivo será investigar descontos indevidos em benefícios de segurados do órgão.

O primeiro encontro será voltado para a formalização de presidência, relatoria e composição do colegiado. Inicialmente, a comissão terá prazo de 120 dias para apresentar um relatório final, mas a validade pode ser prorrogada.

A presidência da comissão será entregue ao senador Ornar Aziz (PSD-AM), enquanto o relator será o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO). A escolha do deputado partiu do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), enquanto a definição do comandante da CPMI foi feita pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP).

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/home>

Mais de 2 milhões de aposentados do INSS ainda precisam fazer prova de vida; entenda

Cristiane Gercina

Cerca de 2,3 milhões de segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) devem realizar a prova de vida para evitar que o pagamento do benefício seja suspenso. Os beneficiários são convocados pelo instituto, por meio de aviso no extrato bancário.

A prova de vida mudou em 2022, com a publicação da portaria 1.408, que determinou a comprovação de que o segurado está vivo por meio do cruzamento de dados, como biometria na rede bancária ou no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), por exemplo.

Com isso, 94% dos aposentados e pensionistas não precisam procurar a **Previdência Social**. Segundo o **INSS**, dos 36,9 milhões de beneficiários do instituto em 2024, 34,6 milhões tiveram seus dados atualizados e não precisam fazer nenhum tipo de comprovação. Os demais serão convocados.

Segurados cujos dados não foram atualizados nos sistemas do **INSS** por meio do cruzamento de dados devem comprovar que estão vivos para que possam seguir recebendo o benefício.

Eles serão convocados pela Previdência para a prova de vida. A convocação é por meio do extrato bancário do benefício e pode ser conferida no aplicativo ou site Meu **INSS**.

O primeiro passo para saber se você está entre os convocados do **INSS** para a prova de vida é fazer a conferência no extrato bancário, quando for receber o benefício. Nele, aparecerá a informação de que a comprovação está pendente.

Se ainda tiver alguma dúvida, o segurado pode consultar o aplicativo ou site Meu **INSS**, onde aparecerá a seguinte mensagem: "Comprovação de vida não realizada". Também é possível realizar essa consulta por meio do telefone 135.

O segurado deve acessar o aplicativo ou site Meu **INSS**, fazer login informando o CPF e a senha do portal Gov.br, e seguir as instruções para o reconhecimento facial, se for solicitado.

Em alguns bancos, é possível realizar a prova de vida online, utilizando o aplicativo do banco, também com o

uso da biometria facial.

Outra forma de fazer a chamada fé de vida é ir presencialmente até a agência bancária da instituição na qual recebe o benefício para fazer o procedimento.

Pessoas que estão sem condições de saúde de se locomover podem nomear um procurador. Há ainda a opção de receber um servidor do **INSS** para fazer a comprovação de vida.

Segundo o advogado Rômulo Saraiva, especialista em **Previdência Social** e colunista da Folha, a mudança feita pelo **INSS** na prova de vida é benéfica para os segurados, pois poupa gastos com locomoção para provar que está vivo, mas pode deixar o cidadão mais vulnerável a golpes e fraudes.

"Apesar de a nova sistemática ser benéfica, porque o aposentado não precisa mais provar que está vivo de forma ativa, ela não é à prova de fraudes", diz ele, autor do livro "Fraudes no **INSS** - Casos Práticos de Vazamento de Dados, Engenharia Social e Impactos na Proteção Social".

"A prova de vida é um dos mecanismos de proteção antifraude para evitar golpes envolvendo falecidos. A medida em 2022 surgiu no contexto da pandemia. Inicialmente, houve a suspensão a prova e vida, e depois, o governo introduziu a medida para inverter o ônus da prova", diz.

Saraiva cita em seu livro o golpe da falsa prova de vida, no qual segurados recebem SMS ou WhatsApp informando que precisam comprovar que estão vivos. Se clicar no link, os dados são roubados por criminosos.

Para se proteger, o segurado deve desconfiar de mensagens e não precisa ir à agência da Previdência para pedir informações. "O **INSS** atingiu postura ativa e o aposentado assumiu postura passiva; ele deve ficar quieto, só basta viver que a prova de vida será realizada", brinca.

Outra variedade do golpe é pessoas que se fazem passar por servidores do **INSS** e vão até a casa do aposentado. Nestes casos, colhem dados pessoais e fazem fotos, roubando a biometria, o que pode render outros golpes financeiros, como a abertura de conta

em banco e empréstimos em nome da vítima.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O **INSS** dá algumas dicas para o segurado se proteger:

Segundo o artigo 2º da portaria 1.408, serão considerados válidos como prova de vida, os seguintes dados ou meios:

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/08/mais-de-2-milhoes-de-aposentados-do-inss-ainda-precisam-fazer-prova-de-vida-entenda.shtml>

STF decide rejeitar recurso que poderia gerar impacto de R\$ 131 bilhões ao INSS

Por Fernanda Vivas, g1 e TV Globo - Brasília

Os ministros votaram para rejeitar o recurso sobre o tema, que poderia gerar impacto aos cofres públicos de 131,3 bilhões, segundo o **INSS**.

A maioria acompanhou o voto do relator, o ministro Gilmar Mendes. Seguiram nesta linha os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Flávio Dino, André Mendonça, Luiz Fux, Dias Toffoli, Nunes Marques, Luís Roberto Barroso.

Não há, portanto, incompatibilidade necessária entre o fator previdenciário e a regra de transição. Ao contrário, a aplicação do fator apenas reforça o princípio da equidade e da contributividade, evitando distorções no sistema e garantindo que o valor do benefício reflita, de forma proporcional, o histórico contributivo do segurado, declarou o relator.

O ministro Edson Fachin divergiu. Entendeu que a aplicação do fator previdenciário é inconstitucional nesta situação.

Como o recurso tem a chamada repercussão geral, a decisão do Supremo será aplicada em processos semelhantes nas instâncias inferiores.

O fator previdenciário foi criado no fim dos anos 1990. É uma fórmula que leva em conta a idade do segurado, seu tempo de contribuição e a expectativa de vida quando da aposentadoria. O cálculo a partir destas variáveis incide no valor da aposentadoria.

O processo discute se é válido o uso do fator previdenciário para aposentadorias atingidas pelas regras de transição da reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso.

As regras desta reforma já foram substituídas pelas mudanças operadas na Previdência do governo Jair Bolsonaro.

No entanto, a questão ainda precisava ser resolvida para quem era contribuinte da Previdência naquela época. Estas pessoas foram enquadradas em regras de transição, com condições diferenciadas de aposentadoria.

O processo foi analisado no plenário virtual, formato

de julgamento em que os ministros apresentam seus votos em uma página do tribunal na internet. O julgamento terminou na noite desta segunda-feira (18).

O processo foi analisado no plenário virtual, formato de julgamento em que os ministros apresentam seus votos em uma página do tribunal na internet. O julgamento terminou na noite desta segunda-feira (18).

Site: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/19/stf-decide-rejeitar-recurso-que-poderia-gerar-impacto-de-r-131-bilhoes-ao-inss.ghtml>

Mais de 2 milhões de aposentados do INSS ainda precisam fazer prova de vida; entenda (Previdência)

Cristiane Gercina

Cerca de 2,3 milhões de segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) devem realizar a prova de vida para evitar que o pagamento do benefício seja suspenso. Os beneficiários são convocados pelo instituto, por meio de aviso no extrato bancário.

A prova de vida mudou em 2022, com a publicação da portaria 1.408, que determinou a comprovação de que o segurado está vivo por meio do cruzamento de dados, como biometria na rede bancária ou no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), por exemplo.

Com isso, 94% dos aposentados e pensionistas não precisam procurar a **Previdência Social**. Segundo o **INSS**, dos 36,9 milhões de beneficiários do instituto em 2024, 34,6 milhões tiveram seus dados atualizados e não precisam fazer nenhum tipo de comprovação. Os demais serão convocados.

Segurados cujos dados não foram atualizados nos sistemas do **INSS** por meio do cruzamento de dados devem comprovar que estão vivos para que possam seguir recebendo o benefício.

Eles serão convocados pela Previdência para a prova de vida. A convocação é por meio do extrato bancário do benefício e pode ser conferida no aplicativo ou site Meu **INSS**.

O primeiro passo para saber se você está entre os convocados do **INSS** para a prova de vida é fazer a conferência no extrato bancário, quando for receber o benefício. Nele, aparecerá a informação de que a comprovação está pendente.

Se ainda tiver alguma dúvida, o segurado pode consultar o aplicativo ou site Meu **INSS**, onde aparecerá a seguinte mensagem: "Comprovação de vida não realizada". Também é possível realizar essa consulta por meio do telefone 135.

O segurado deve acessar o aplicativo ou site Meu **INSS**, fazer login informando o CPF e a senha do portal Gov.br, e seguir as instruções para o reconhecimento facial, se for solicitado.

Em alguns bancos, é possível realizar a prova de vida online, utilizando o aplicativo do banco, também com o uso da biometria facial.

Outra forma de fazer a chamada fé de vida é ir presencialmente até a agência bancária da instituição na qual recebe o benefício para fazer o procedimento.

Pessoas que estão sem condições de saúde de se locomover podem nomear um procurador. Há ainda a opção de receber um servidor do **INSS** para fazer a comprovação de vida.

Segundo o advogado Rômulo Saraiva, especialista em **Previdência Social** e colunista da Folha, a mudança feita pelo **INSS** na prova de vida é benéfica para os segurados, pois poupa gastos com locomoção para provar que está vivo, mas pode deixar o cidadão mais vulnerável a golpes e fraudes.

"Apesar de a nova sistemática ser benéfica, porque o aposentado não precisa mais provar que está vivo de forma ativa, ela não é à prova de fraudes", diz ele, autor do livro "Fraudes no **INSS** - Casos Práticos de Vazamento de Dados, Engenharia Social e Impactos na Proteção Social".

"A prova de vida é um dos mecanismos de proteção antifraude para evitar golpes envolvendo falecidos. A medida em 2022 surgiu no contexto da pandemia. Inicialmente, houve a suspensão a prova e vida, e depois, o governo introduziu a medida para inverter o ônus da prova", diz.

Saraiva cita em seu livro o golpe da falsa prova de vida, no qual segurados recebem SMS ou WhatsApp informando que precisam comprovar que estão vivos. Se clicar no link, os dados são roubados por criminosos.

Para se proteger, o segurado deve desconfiar de mensagens e não precisa ir à agência da Previdência para pedir informações. "O **INSS** atingiu postura ativa e o aposentado assumiu postura passiva; ele deve ficar quieto, só basta viver que a prova de vida será realizada", brinca.

Outra variedade do golpe é pessoas que se fazem passar por servidores do **INSS** e vão até a casa do aposentado. Nestes casos, colhem dados pessoais e fazem fotos, roubando a biometria, o que pode render outros golpes financeiros, como a abertura de conta em banco e empréstimos em nome da vítima.

O **INSS** dá algumas dicas para o segurado se proteger:

Segundo o artigo 2º da portaria 1.408, serão considerados válidos como prova de vida, os seguintes dados ou meios:

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/08/mais-de-2-milhoes-de-aposentados-do-inss-ainda-precisam-fazer-prova-de-vida-entenda.shtml>

0,1% mais rico amplia concentração de renda

A concentração de renda no topo da pirâmide brasileira cresceu significativamente no pós-pandemia de covid-19, principalmente no grupo do 0,1 % mais rico do país.

A participação do 1 % mais rico avançou de 20,4% para 24,3% da renda nacional de 2017 a 2023. Mas 85,7% do crescimento nessa faixa do 1 % mais rico veio daqueles que integram o 0,1 % mais rico do país, com renda a partir de R\$ 1,75 milhão anuais. Essa faixa avançou de 9,1% para 12,5% da renda disponível total do país. E metade do crescimento da faixa de 0,1% foi capturada por uma faixa mais privilegiada ainda, do 0,01% mais rico do país. Seus integrantes ficaram com 6,2% da renda total do país em 2023, ante 4,3% em 2017.

Os dados são de estudo elaborado pelo economista Sérgio Gobetti, em conjunto com a economista Priscila Kaiser Monteiro e com o cientista de dados Frederico Nascimento Dutra. A nota técnica baseou-se em dados de declarações do Imposto de Renda (IR) entregues à Secretaria da **Receita Federal** entre 2007 e 2024, com os últimos dados relativos ao ano-base de 2023. O cálculo da renda disponível bruta das famílias considerou o critério adotado pelo IBGE, da renda total menos encargos líquidos apenas de IR e de contribuição previdenciária. Os dados consideraram a população acima de 18 anos, de total de 160,2 milhões de brasileiros.

O estudo aponta que a concentração de renda manteve-se relativamente estável entre 2006 e 2020, com a participação do 1 % mais rico em torno de 21% da renda disponível bruta do país. Desde a covid-19, porém, houve uma mudança de patamar, da ordem de três a quatro pontos percentuais para cima nas faixas mais altas.

A concentração aconteceu porque de 2017 a 2023 o ritmo de crescimento da renda do topo da pirâmide foi mais acelerado. Segundo o estudo, a renda do 1% mais rico cresceu 29,7% em termos reais, acima da **inflação**, no acumulado dos seis anos, com média anual de 4,4% reais. Já no 0,1% mais rico o aumento acumulado foi de 48,8% e a alta média anual, de 6,9%. Na parcela de 0,01% mais rico, o crescimento no total dos seis anos foi de 58,1 % e a taxa anual foi de 7,9%, sempre em variações reais. Foi considerada para o período de seis anos a **inflação** acumulada de 49,7%, baseada no deflator do **PIB**.

"Quanto mais se sobe na pirâmide, maior o

crescimento", diz Gobetti. "O crescimento de renda dos mais ricos é até superior ao crescimento do **PIB** chinês", diz ele, referindo-se ao país asiático, que tem mantido ritmo de crescimento maior que a média da maioria dos países do mundo. Entre 2017 e 2023, observa, o **PIB** chinês cresceu 6,5% ao ano.

Gobetti ressalta que nesses seis anos a fatia do 1% mais rico na renda total do país avançou 3,9 pontos percentuais. Em igual período, o 0,1% mais rico avançou 3,4 p.p. "Isso significa que mais de 85% desse aumento de renda [na faixa do 1% mais rico] foi concentrado pelo 0,1%. O grosso do aumento de participação de renda é no 0,1%." Esse percentual corresponde a 160,2 mil pessoas. No 0,01% mais rico, cuja fatia cresceu 1,9 ponto percentual de 2017 a 2023, são contabilizadas 16 mil pessoas.

Gobetti destaca que em 2023 a renda total do 0,1% mais rico somou R\$ 958,15 bilhões, metade do R\$ 1,86 bilhão em renda total do 1% mais rico. "Isso se reproduz no país, com o 0,1% abocanhando de 40% a 57% da renda do 1 % mais rico [nos Estados]."

Ao fazer a decomposição dos estratos mais ricos por tipo de renda, o estudo mostra que dos 3,9 p.p. de aumento do 1% mais rico na participação na renda disponível das famílias entre 2017 e 2023, 3,4 p.p resultam da distribuição de lucros e dividendos, incluindo os valores de Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Mas olhando a decomposição num outro tipo de recorte, considerando o grupo de 1% mais rico e excluindo-se o 0,1 % mais abastado, o estudo mostra que houve um aumento de 0,6 ponto percentual na fatia da renda disponível de 2017 a 2023. Nesse mesmo recorte, observa Gobetti, houve um aumento de 1,2 p.p. na fonte de distribuição de lucros e dividendos e uma redução de fatia em nível praticamente simétrico, de 1,3 p.p, da renda de salários e benefícios. O estudo diz que trata-se de "provável evidência de pejetização".

"Crescimento de renda dos mais ricos é até superior ao do **PIB** chinês" Sérgio Gobetti

Considerando o grupo do 1% mais rico, com exceção do 0,1% mais abastado, a renda anual está na faixa de R\$ 360 mil a R\$ 1,7 milhão (ou R\$ 30 mil a R\$ 140 mil mensais). "Nesse intervalo de renda, muitos profissionais liberais passaram, cada vez mais, a recorrer à constituição de empresas para prestar

serviços com menor carga tributária. Nesses casos, a renda do trabalho é convertida em renda de capital, sob a forma de lucros e dividendos, o que pode explicar as variações simétricas observadas", diz o estudo.

Já para o 0,1% mais rico, a nota técnica mostra expansão efetiva de lucros e dividendos. Do avanço de 3,4 p.p. desse grupo na renda disponível das famílias entre 2017 e 2023, fatia de aumento de 2,2 p.p. veio de lucros e dividendos.

Uma das questões que o quadro coloca, diz Gobetti, é o que pode ter propiciado o crescimento dessa renda de lucro nessa magnitude com o **PIB** crescendo "tão pouco" no período mais recente. Como "tese especulativa", o economista atribui o crescimento da renda com lucros e dividendos ao choque de **inflação** pós-pandemia. "As empresas podem ter sofrido aumento de custos? Podem, mas ao que tudo indica, por esse crescimento de lucro, os custos não aumentaram tanto quanto o faturamento."

Quando se fala de crescimento de **PIB**, observa, não se pensa em valores nominais e sim de crescimento real de produção. "O lucro não, o lucro pode derivar de aumento real, mas pode também derivar de aumento de preço."

Além da **inflação**, o estudo também menciona a alta de preços internacionais de algumas commodities, como as do agronegócio, que pode ter alavancado os lucros de grandes empresas e exportadores.

Gobetti frisa que, de forma conservadora, o estudo excluiu o montante de R\$ 310 bilhões - do total de R\$ 380 bilhões-declarados de forma extraordinária pelos mais ricos como rendimentos financeiros em 2023 em razão das mudanças nas regras de tributação de fundos fechados de investimentos e fundos offshorc. A exclusão foi feita porque a renda declarada era relativa, majoritariamente, a anos anteriores.

O levantamento também considerou os impactos da concentração regionalmente, por Estados. Um dos aspectos foi verificar a distribuição dos mais ricos do país entre os declarantes de IR, por unidade federada. Do 1,6 milhão de pessoas que integram o top 1% dos mais ricos do país, 35,6% declaram viver em São Paulo e representam 1,61% da população adulta do Estado. Em seguida, no ranking da fatia de declarantes no total do 1% mais rico do país, vêm Rio de Janeiro (11,2%), Minas Gerais (9,1%) e Rio Grande do Sul (7%).

Na distribuição do 0,1% mais rico pelo país, São Paulo também vem em primeiro, com 42,2% do total das pessoas do grupo. Gobetti destaca que a taxa é quase

o dobro dos 22% de participação que o Estado tem na população total adulta do país. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná vêm na sequência no ranking de fatia dos declarantes que estão no top 0,1% nacional, com 9,5%, 8,2% e 6,9%, nessa ordem.

O estudo também estimou a

renda do 1% mais rico de cada unidade da federação, verificando a evolução em relação à renda disponível do Estado, de 2017 a 2023. O cálculo usou uma estimativa própria de renda disponível das famílias por Estado. O quadro, diz o levantamento, mostra evolução heterogênea da concentração de renda. "De modo geral, observa-se que Estados mais ricos e com maior presença de milionários ou de atividades do agronegócio tendem a registrar os maiores aumentos da concentração de renda no período recente", diz o estudo. Pelo levantamento, o Estado com maior nível de concentração de renda é Mato Grosso, onde 30,5% da renda disponível bruta está no 1% mais rico da população adulta do Estado. O indicador cresceu 10 p.p. ante 2017, quando o indicador mato-grossense estava perto da média nacional.

São Paulo, Goiás e Paraná também apresentam índices de concentração superiores à média nacional, entre 25% e 27%, com crescimento acima da média. Segundo o estudo, a concentração média do 1% mais rico nos Estados foi de 20,4% em 2017 e de 24,3% em 2023. Santa Catarina e Mato Grosso do Sul ainda estão com concentração de 23,9% e 23,5% em 2023, nessa ordem, abaixo da média. Mas ante 2017 os dois Estados avançaram 5,7 p.p. cada um.

O quadro de maior concentração de renda no topo da pirâmide, impulsionado principalmente por lucros e dividendos, torna mais urgente a necessidade de uma **reforma tributária** que traga maior progressividade ao IR e reduza incentivos à pejetização, aponta o estudo. Para Gobetti o imposto mínimo para tributação de rendas acima de R\$ 50 mil mensais é apenas um "aperitivo" para uma reforma estrutural que precisará ser enfrentada, à frente.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188301?page=1§ion=1>

Salários das lideranças não devem mudar em 2026, diz consultoria

Por Jacílio Saraiva, Para o Valor

A maioria ou 93% das empresas não sabem o que esperar do panorama econômico global e, diante dessa incerteza, 52% vão manter, no próximo ano, a mesma remuneração que funcionários e lideranças receberam em 2025.

A conclusão é da SG CompPartners, consultoria especializada em remuneração, a partir de dados obtidos no estudo "2025 NFP US Executive Compensation and Benefits Trend Report" ("Relatório de Tendências de Remuneração e Benefícios Executivos da NFP EUA 2025", do inglês).

O mapeamento da NFP, uma empresa da Aon especializada em soluções de força de trabalho, gestão de patrimônio e aposentadoria, foi conduzido ao longo do primeiro semestre de 2025 e também usa informações obtidas em 2024. Ouviu 260 tomadores de decisão sobre benefícios corporativos em companhias de atuação global e com operações nos Estados Unidos, sendo a maioria de serviços financeiros (56%), além da indústria manufatureira (5%), varejo (3%) e saúde (3%).

"O fato de que mais da metade das empresas pretende manter a remuneração executiva inalterada no próximo ano é compatível com o que temos observado globalmente", analisa Paulo Saliby, CEO e fundador da SG CompPartners no Brasil. "O mercado de trabalho para profissionais seniores não está aquecido em escala mundial, refletindo um cenário econômico marcado por incertezas, juros elevados e baixa confiança para investimentos."

Reforma tributária aumenta demanda por gestores temporários

O que mais tira o sono das lideranças

Remuneração de conselheiras vai de R\$ 15 mil a R\$ 30 mil

Nos Estados Unidos, as organizações têm adotado uma postura de cautela financeira, continua Saliby. "Preservam estrutura e caixa, e estão evitando aumentos salariais que possam comprometer a competitividade em um momento volátil [nos negócios]", avalia.

Especialista comenta que é preciso sair da lógica reativa do mercado e construir sistemas de ganhos que premiem a criação de valor real - Foto: Freepik

Congelamento à brasileira

A tendência também é observada no Brasil, segundo o consultor. "Nos últimos anos, temos visto reajustes de remuneração executiva majoritariamente alinhados à **inflação**, sem ganhos reais significativos, na maioria dos setores", relata. Isso se explica porque, apesar de alguns indicadores terem dado sinais positivos [como o volume de empregos com carteira assinada], o nível de investimento produtivo no país permanece baixo, por conta do elevado custo de capital, da instabilidade regulatória e da dificuldade em acessar crédito de longo prazo, argumenta. "E é justamente o investimento que cria demanda por novos projetos, lideranças e, portanto, melhores pacotes para os executivos."

Na visão do especialista, alguns setores no país - que estão recebendo fluxos de capital - fogem à regra do aperto de cintos. Fazem parte dessa lista segmentos como energia, sobretudo na área de renováveis; saneamento, infraestrutura, tecnologia e inteligência artificial (IA). "Nessas áreas, há maior competição por liderança qualificada e, conseqüentemente, maior espaço para o crescimento da remuneração."

Diante da análise dos dados, a recomendação de Saliby é que as companhias brasileiras utilizem a temporada de freio nos aumentos salariais para aprimorar os planos de remuneração variável. "Uma forma eficaz de compatibilizar a cautela orçamentária com a atratividade da remuneração acontece por meio de bônus PLR (incentivos de curto prazo), com critérios e metas claras; e ILPs (incentivos de longo prazo) atrelados à geração sustentável de valor ao acionista, por performance, retorno sobre capital, por crescimento econômico agregado ou criação de valor econômico."

Esses instrumentos, de acordo com o consultor, permitem alinhar os interesses dos executivos com os dos empregadores, criando oportunidades de ganhos relevantes sem ampliar o custo fixo, com reforço na retenção e no senso de propósito dos profissionais-chave.

"Estagnação salarial não pode significar estagnação na estratégia de remuneração", aconselha. Mesmo que as corporações estejam operando com margens apertadas e incerteza elevada, elas não podem abrir mão de manter um modelo competitivo e inteligente de compensação executiva, sugere.

"É preciso sair da lógica reativa [do mercado] e construir sistemas de ganhos que premiem a criação de valor real, no tempo certo", afirma. "Especialmente nas fases desafiadoras, são os melhores líderes que fazem a diferença. Reter essas lideranças depende de pacotes de honorários estruturados, transparentes e meritocráticos."

Site:

<https://valor.globo.com/carreira/noticia/2025/08/19/salarios-das-liderancas-nao-devem-mudar-em-2026-diz-consultoria.ghtml>

Impactos da reforma tributária em serviços, comércio e fintechs em debate

Correio Braziliense

A União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços e a Frente Parlamentar do Comércio e Serviços realizam, nesta terça-feira (19/8), em parceria com o Correio Braziliense, o evento **Reforma Tributária**: regulamentação e competitividade no setor de comércio e serviços e o futuro das fintechs no novo cenário, com o objetivo de ampliar a compreensão do setor de comércio e serviços sobre as novas regras que serão implementadas com a **reforma tributária**. O debate ocorre a partir das 9h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Leonardo Miguel Severini, presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad) e membro da União Nacional de Entidades de Comércio e Serviços (Unecs), cita que o intuito do evento é trazer clareza sobre dúvidas relacionadas a autonomia federativa e ao tratamento do Simples Nacional para micro e pequenas empresas.

"Nossa expectativa é esclarecer principalmente o nosso associado, que é o pequeno e médio comerciante, porque nossas entidades representam de forma muito extensa e capilar o empresário do comércio e dos serviços", afirma Severini. Outro destaque é o futuro das empresas de tecnologia financeira, com as chamadas fintechs.

Cerimônia de Abertura | 09h00 às 09h15

1º painel | Simples Nacional e Regimes Especiais: 09h15 às 10h05 (40 min + 10 min de perguntas e respostas). Moderação: Denise Rothenburg, jornalista e colunista do Correio Braziliense

2º painel | Não cumulatividade e Imposto Seletivo: 10h15 às 11h05 (40 min + 10 min de perguntas e respostas). Moderação: André Blanco, consultor jurídico da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD)

3º painel | Transição e Segurança Jurídica: 11h15 às 12h05 (40 min + 10 min de perguntas e respostas). Moderação: Carlos Alexandre de Souza, jornalista e editor de Política, Economia e Brasil do Correio Braziliense

Almoço | 12h15 às 14h00

4º painel | As transformações do Sistema Financeiro e os Desafios para as Fintechs: 14h00 às 14h50 (40 min + 10 min de perguntas e respostas). Moderação: Pedro Campos e Lana Canepa, jornalistas da Band

5º painel | O Papel das Fintechs no Processo de Inclusão Financeira e Competição Bancária: 15h00 às 15h50 (40 min + 10 min de perguntas e respostas). Moderação: Pedro Campos e Lana Canepa, jornalistas da Band

Coffee Break | 16h00 às 16h30

Entrega de Propostas | 16h30 às 17h00

Encerramento | 17h00 às 17h15

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

A União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços e a Frente Parlamentar do Comércio e Serviços realizam, nesta terça-feira (19/8), em parceria com o Correio Braziliense, o evento **Reforma Tributária**: regulamentação e competitividade no setor de comércio e serviços e o futuro das fintechs no novo cenário, com o objetivo de ampliar a compreensão do setor de comércio e serviços sobre as novas regras que serão implementadas com a **reforma tributária**. O debate ocorre a partir das 9h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Leonardo Miguel Severini, presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad) e membro da União Nacional de Entidades de Comércio e Serviços (Unecs), cita que o intuito do evento é trazer clareza sobre dúvidas relacionadas a autonomia federativa e ao tratamento do Simples Nacional para micro e pequenas empresas.

"Nossa expectativa é esclarecer principalmente o nosso associado, que é o pequeno e médio comerciante, porque nossas entidades representam de forma muito extensa e capilar o empresário do comércio e dos serviços", afirma Severini. Outro destaque é o futuro das empresas de tecnologia financeira, com as chamadas fintechs.

Cerimônia de Abertura | 09h00 às 09h15

1º painel | Simples Nacional e Regimes Especiais: 09h15 às 10h05 (40 min + 10 min de perguntas e respostas). Moderação: Denise Rothenburg, jornalista e colunista do Correio Braziliense

2º painel | Não cumulatividade e Imposto Seletivo: 10h15 às 11h05 (40 min + 10 min de perguntas e respostas). Moderação: André Blanco, consultor jurídico da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD)

3º painel | Transição e Segurança Jurídica: 11h15 às 12h05 (40 min + 10 min de perguntas e respostas). Moderação: Carlos Alexandre de Souza, jornalista e editor de Política, Economia e Brasil do Correio Braziliense

Almoço | 12h15 às 14h00

4º painel | As transformações do Sistema Financeiro e os Desafios para as Fintechs: 14h00 às 14h50 (40 min + 10 min de perguntas e respostas). Moderação: Pedro Campos e Lana Canepa, jornalistas da Band

5º painel | O Papel das Fintechs no Processo de Inclusão Financeira e Competição Bancária: 15h00 às 15h50 (40 min + 10 min de perguntas e respostas). Moderação: Pedro Campos e Lana Canepa, jornalistas da Band

Coffee Break | 16h00 às 16h30

Entrega de Propostas | 16h30 às 17h00

Encerramento | 17h00 às 17h15

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/economia/2025/08/7229521-impactos-da-reforma-tributaria-em-servicos-comercio-e-fintechs-em-debate.html>

Redução de 20% no consumo de álcool pode evitar uma morte por hora no Brasil

Luana Lisboa

Se os brasileiros reduzissem em 20% o consumo de álcool, 10.400 mortes poderiam ser evitadas todos os anos, o que corresponde a uma média de uma morte por hora no país, aponta relatório preliminar do pesquisador Eduardo Nilson, da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

Dessa forma, o Brasil evitaria, anualmente, o equivalente a R\$ 2,1 bilhões em perdas de produtividade associadas às mortes prematuras. Essa economia potencial equivale a 58% do orçamento do Farmácia Popular em 2024, um dos principais programas de acesso a medicamentos no país.

Os custos associados às mortes prematuras representam perdas econômicas associadas à interrupção precoce da vida de pessoas em idade produtiva, o que inclui o impacto na renda familiar, no trabalho e na economia como um todo.

O estudo estimou o cenário de redução de 20% com base no que é preconizado pela OMS (Organização Mundial de Saúde), que recomenda "acelerar as ações para atingir reduções de 20% no consumo per capita de álcool até 2030".

Além de avaliar o cenário considerado ideal por diretrizes internacionais, a pesquisa estimou a redução de mortes e os custos em um panorama mais conservador. Caso a redução fosse de 10% no consumo, seriam poupadas 4.600 vidas por ano, reduzindo perdas econômicas em R\$ 1 bilhão.

O estudo "Estimação do Impacto de Diferentes Cenários de Redução do Consumo de Álcool no Brasil", realizado a pedido das organizações de saúde Vital Strategies e da ACT Promoção da Saúde, dá continuidade à metodologia de análise comparativa de risco para estimar os custos diretos e indiretos do consumo de álcool no Brasil, apresentada em 2024. O modelo foi expandido e utilizado para analisar o impacto da redução do consumo de álcool em 10% e 20% no país, tendo como referência o ano de 2019, quando foi lançada a última pesquisa nacional de saúde.

Foi considerado um conjunto de 24 doenças associadas ao consumo de álcool, como tuberculose,

infecções respiratórias, cirrose e outras doenças hepáticas, epilepsia, doenças hipertensivas, hemorragia intracerebral, cardiopatia isquêmica e diversos tipos de câncer.

O relatório corrobora estimativas anteriores, que mostram que os gastos diretos com hospitalizações e procedimentos ambulatoriais para tratar problemas de saúde relacionados ao uso do álcool custam ao SUS (Sistema Único de Saúde) R\$ 1,1 bilhão por ano. Os homens respondem por 74% dessas despesas.

Um estudo da Fiocruz divulgado em 2024 também mostrou que o consumo de bebidas alcoólicas responde por 12 mortes por hora e custa R\$ 18,8 bilhões por ano ao país.

Nessas novas projeções, a maior parte das mortes e custos atribuíveis também aconteceu entre os homens e, independentemente do sexo, em indivíduos com menos de 60 anos, afirma o pesquisador Eduardo Nilson, que também atua no Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde, da USP (Universidade de São Paulo).

"O custo da mortalidade prematura impacta pela forma de cálculo que considera o indivíduo até o final da sua vida produtiva, então, quanto mais jovem, maior o impacto. Um indivíduo que morre precocemente aos 40 anos teria toda a idade de aposentadoria até os 60, se for um homem", diz Nilson.

Além de ser um dos principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, o álcool também é ligado a um aumento no comportamento criminoso, incluindo violência doméstica e no trânsito, apontam estudiosos.

"Os homens jovens morrem muito por conta de acidentes e violências, componente que não depende de uma latência como ocorre quando pensamos em doenças como câncer e doenças vasculares, que ocorrem por efeito cumulativo de vários fatores de risco, incluindo o próprio álcool. Os acidentes e violência são de impacto imediato e, por isso, têm um peso grande entre os mais jovens, na casa de 20 a 40 anos, que não é a idade que se espera para doenças crônicas, cuja incidência começa a aumentar a partir dos 35 anos", acrescenta Nilson.

Para que o Brasil atinja a meta da OMS de redução nos níveis de consumo da substância, a tributação do álcool com o imposto seletivo é tida como o melhor caminho, afirma Luciana Sardinha, diretora-adjunta de doenças crônicas não transmissíveis da Vital Strategies.

Ciência, hábitos e prevenção numa newsletter para a sua saúde e bem-estar

Carregando...

No âmbito da **reforma tributária**, o imposto seletivo, se bem aplicado, pode reduzir o consumo. A discussão que será levada ao Congresso é de quanto será a alíquota aplicada.

"Nessas discussões, já sabemos que o imposto seletivo vai ser baseado em duas partes, uma do preço de fábrica, para todos os tipos de bebida, e outra sobre a unidade de álcool de cada bebida. Esta é uma prática muito bem-sucedida em outros países, inclusive os nórdicos. Esperamos que seja realmente alta o suficiente para que possa reduzir o consumo", diz Sardinha.

Ao mesmo tempo, aponta o estudo, é necessário reforçar o conjunto de medidas que também contribuem para a redução do consumo de álcool no país, considerando informação à população, restrição de pontos e horários de venda e consumo e aprimoramento da rotulagem.

"É importante mostrar que é muito comum uma banalização do consumo, que a bebida alcoólica é socialmente aceita. Mas é importante ter a noção de que não existe dose segura e isso vai ser quantificado", afirma Nilson.

O projeto Saúde Pública tem apoio da Umame, associação civil que tem como objetivo auxiliar iniciativas voltadas à promoção da saúde.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/08/educacao-de-20-no-consumo-de-alcool-pode-evitar-uma-morte-por-hora-no-brasil.shtml>

Entidades do setor produtivo reivindicam novo Refis

Edimarcio A. Monteiro edimarcio.augusto@rac.com.br

A Prefeitura de Campinas avalia lançar uma nova edição do Programa de Regularização Fiscal (Refis) após pedido apresentado por 13 entidades representativas do setor produtivo da cidade. A reivindicação foi feita por associações como o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic), Sindicato do Comércio Varejista (Sindilojas), Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci) e Associação Regional da Habitação (Habicamp).

O último Refis oferecido em Campinas ocorreu no final de 2023, atendendo pedido também apresentado por entidades.

Na época, foram firmados 9,5 mil acordos para pagamento de dívidas, somando R\$ 237,4 milhões. O montante foi 3,96 vezes maior em relação aos R\$ 60 milhões previstos inicialmente. De acordo com o secretário municipal de Finanças, Aurílio Caiado, o nível de inadimplência atual do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está entre 16% e 18%. A taxa é inferior aos 22% registrados durante a pandemia de covid-19, entre 2020 e 2022.

Ele apontou que a solicitação feita pelas entidades está em estudo. "Recebemos as solicitações das entidades e agora nossas equipes estão analisando se é possível, tanto jurídica como financeiramente, ter um programa de negociações de débitos este ano. O percentual de descontos nos juros e multas também será estudado pelos nossos técnicos", afirmou Caiado.

JUSTIFICATIVA As entidades argumentaram que enfrentam um cenário nacional complicado, em função das dificuldades econômicas marcadas pela elevada taxa de juros, que prejudica as vendas e a obtenção de crédito, e as frequentes oscilações do mercado.

Pesquisa realizada no mês passado pela Ciesp mostrou que 64% das indústrias da região temem sofrer os efeitos do tarifaço de 50% imposto pelo governo dos Estados Unidos, que entrou em vigor este mês.

Segundo as associações, o quadro adverso faz com que muitas empresas não consigam manter os

pagamentos de **impostos** em dia. Para elas, a renegociação de **tributos** municipais ajudará na regularização e também favorecer as atividades econômicas.

"As indústrias têm necessidades, por causa de várias conjunturas, dificuldades econômicas, oscilação de mercado, queda do **PIB** [Produto Interno Bruto], acarretando dificuldades e problemas de caixa para as empresas. Então é importante que a prefeitura crie esse programa, o Refis, para que possa não só ajudar a aliviar as pendências fiscais e regularizar, mas também para que a prefeitura melhore seu caixa", afirmou o diretor do Ciesp. José Henrique Toledo Corrêa.

Já o economista da Acic, Mário Eduardo Campos, disse que, "como entidade que defende os interesses dos comerciantes, se une às demais instituições nesta solicitação com um objetivo claro: apoiar o comércio local na regularização de suas dívidas.

Programas que oferecem condições diferenciadas, com redução de juros, multas ou até isenção de encargos, são fundamentais para dar fôlego financeiro aos empresários. O comerciante tem o desejo de se manter adimplente, mas precisa do suporte da prefeitura e das entidades de classe para que isso seja possível". Os **tributos** municipais são a principal fonte de receita da Prefeitura de Campinas.

A maior delas é o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), com a arrecadação prevista de R\$ 2,5 bilhões. Em segundo lugar aparece o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), com R\$ 1,6 bilhão.

Esses dois **tributos** somam R\$ 4,1 bilhões, o equivalente a 37,96% do Orçamento municipal previsto de R\$ 10,8 bilhões.

A terceira principal fonte de recursos são os repasses de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um tributo estadual previsto para gerar uma receita de R\$ 1,28 bilhão para Campinas em 2025.

EXPLICAÇÃO De acordo com o secretário municipal de Finanças, o estudo para lançamento de um novo Refis é necessário diante do controle feito pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP)

para a concessão desse tipo de benefício. "Só se justifica um Refis para o Tribunal de Contas se a arrecadação não estiver se efetivando dentro das previsões", explicou. No primeiro mandato do prefeito Dário Saadi (Republicanos) foram aplicados dois Refis.

O primeiro, em 2021, "que tinha que ser feito mesmo por causa da pandemia [de covid-19]. Foi o melhor Refis que a gente fez, melhor no sentido de mais vantagens. A arrecadação subiu um pouco, mas nosso objetivo era facilitar para as pessoas se colocarem em dia", disse o secretário.

O segundo programa aconteceu no final de 2023, quando foi concedido desconto de até 70% nas multas e juros de dívidas tributárias e autuações municipais. O programa ofereceu o benefício para débitos tributários IPTU, ISSQN, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Taxa de Lixo. Pessoas com dívidas não tributárias, como multas do Procon, Vigilância Sanitária e Coordenadoria de Fiscalização de Terrenos (Cofit), também puderam negociar. Para o lançamento de um novo Refis, a medida terá de ser aprovada pela Câmara Municipal.

"O Refis visa estimular a regularização fiscal de contribuintes que, por diversos motivos, deixaram de pagar **tributos** federais. O objetivo é oferecer uma alternativa viável para quem deseja sair da inadimplência e voltar a operar de forma regular", disse o advogado tributarista Pedro Paschoalin. Para ele, para aderir ao programa, a empresa ou pessoa física tem de avaliar a melhor condição oferecida para um acordo.

REGIÃO Na Região Metropolitana de Campinas, as cidades de Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Indaiatuba, Itatiba, Pedreira e Santa Bárbara d'Oeste estão com Refis em andamento para dívidas até 2024. A Prefeitura de Americana- Fotos: Kamá Ribeiro Entre as entidades que assinaram o pedido está a Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic) na lançou o programa no dia 1º de julho, que vai até 28 de outubro. Ela arrecadou R\$ 5,5 milhões no primeiro mês, dos quais R\$ 2,2 milhões pagos por meio de 1.356 acordos pagos à vista. Outros R\$ 3,3 milhões foram negociados em 886 parcelamentos.

A administração oferece desconto de 100% em juros e multas para pagamento à vista de dívida do IPTU, ISS e outras taxas municipais.

A taxa é reduzida em caso de parcelamento, sendo de 40% para pagamento entre 49 e 60 parcelas.

"As condições de negociação em 2025 são as melhores já estabelecidas na história do Município.

Por isso, é imprescindível que o contribuinte que esteja em débito busque esclarecimento junto à administração municipal para possibilitar a regularização de sua dívida", disse o prefeito Chico Sardelli (PL).

Artur Nogueira e Cosmópolis também oferecem até 100% de desconto. Na primeira cidade, a campanha vai até 15 de dezembro, enquanto na outra terminará no próximo dia 29.

Em Indaiatuba, a redução das multas e juros é de até 90%. A renegociação irá até 31 de outubro. A campanha teve início em 14 de abril e arrecadou R\$ 6,23 milhões com 3.699 acordos nos primeiros dois meses. Itatiba lançou o Refis na semana passada e vai até o próximo dia 12. Os descontos vão de 50%, no caso de parcelamento, a 100%, para pagamento à vista. O prazo final para negociação em Pedreira é 30 de outubro, com o desconto indo de 20% a 100%.

Em Santa Bárbara d'Oeste, a redução vai de 40% ao total dos juros e multas, dependendo do prazo de pagamento. A negociação poderá ser feita até o dia 31 de dezembro deste ano. Em Santo Antônio de Posse, a campanha foi realizada entre os dias 1º de maio e 31 de julho. A prefeitura não divulgou um balanço do valor arrecadado.

Site: <https://correio.rac.com.br>

Prefeitura anuncia que vai desapropriar mais 14 imóveis no Centro

LETÍCIA RAFA ELA* E LUIZ ERNESTO MAGALHÃES
grandefiol3oglobo.com.br

A Rua do Ouvidor, no Centro, é marcada por contrastes. Comerciantes, de um lado, espalham ao ar livre mesas e cadeiras para os clientes. Do outro, chamam atenção lojas fechadas - nos números 23,25 e 27. Esses três endereços estão em uma lista de 14 imóveis que, segundo a prefeitura anunciou ontem, serão desapropriados e vendidos em leilão dentro do Programa Reviver Centro Patrimônio Pró-Apac, voltado para dar novos destinos a propriedades abandonadas ou subutilizadas na região.

-Esses imóveis poderão ser reaproveitados como residenciais ou comerciais. Eles serão avaliados e oferecidos ao mercado sem qualquer impedimento. Se a opção do retrofit for moradia, quem comprar ainda poderá ser beneficiado por incentivos fiscais e urbanísticos do Reviver Centro. Além disso, a prefeitura vai oferecer uma ajuda de custo no valor de R\$ 3.212 por metro quadrado para colaborar com a recuperação do imóvel - disse o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Osmar Lima.

Tombados pelo Iphan e em péssimo estado de conservação, os três sobrados da Ouvidor foram construídos no século XIX pelo Barão da Lagoa e, originalmente, eram um único endereço. Por causa de dívidas de IPTU e outros **impostos**, o sobrado de número 25 chegou a ir a leilão judicial por R\$ 621 mil em 2023, mas não teve interessados.

-O número 23 está fechado há uns oito anos. Antes, era um café que promovia rodas de samba. O espaço era bem legal e animado -contou o funcionário de um restaurante vizinho ao sobrado.

PRÉDIO TEM 22 SALAS No número 5 da Rua do Rosário, também na lista, funcionava até 1997 a Interunion Capitalização, conhecida por emitir o título imobiliário Papa-Tudo. Desde que a empresa fechou, nada mais funcionou no local. O prédio conta com 22 salas, que também serão desapropriadas.

-Seria mesmo bom que fizessem algo com esse prédio depois de tantos anos. Quanto mais atividade, mais gente circula e ajuda a movimentar o comércio nessa área -dis- se um atendente do restaurante Sobrado da Cidade, que fica em frente.

Na Lapa, entre os endereços estão quatro imóveis na Rua Joaquim Silva, a poucos metros da Escadaria Sela-rón. Comerciantes da área dizem que já funcionou um hotel no número 85. E que, atualmente, o local tem sido usado como moradia por ambulantes da região.

-No caso do número 64, o imóvel está fechado há pelo menos cinco anos. Essa é uma área turística, que deveria ser mais valorizada -diz Idália Miranda, proprietária do Bis-trô Remi, na mesma rua.

Outro endereço fica na Rua da Lapa, 223, onde hoje funciona um brechó. O dono, que se identificou apenas como Edy, disse que investe para preservar o espaço, inclusive a fachada que é tombada.

Esta é a segunda relação de desapropriações divulgada pela prefeitura. Em julho, foi publicada uma lista com 16 imóveis. A expectativa é que os primeiros leilões aconteçam até setembro. Osmar Lima explica que, para atrair investidores, a tendência é oferecer as construções em lotes.

* Estagiária sob a supervisão de Leila Youssef

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Puxada pelo setor agropecuário, "prévia do PIB" cai 0,10% em junho

I CÉLIA FROUFE, GUSTAVO NICOLETTA, ANNA SCABELLO e CAROLINE ARAGAKI I EDUARDO LAGUNA e C.A.

A economia brasileira dá sinais de desaceleração, refletindo um ajuste em setores que até então estavam em forte crescimento, como o agropecuário.

Isso é o que mostrou o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) de junho, segundo os economistas consultados pelo Estadão. A maioria dos analistas atribui essa moderação do crescimento ao impacto de uma política monetária restritiva, que visa controlar a **inflação**, mas também inibe o crédito e o consumo.

Em junho, o IBC-Br, índice que representa uma prévia do **PIB**, caiu 0,10% na comparação mensal com ajuste sazonal, contrariando a expectativa de alta de 0,05% apontada na pesquisa Projeções Broadcast, e próximo ao piso de -0,20%, com teto de 0,40%. Na comparação anual, o índice subiu 1,4%, superando a mediana das projeções de 1,25%. As estimativas do mercado iam de 0,70% a 2,80%.

O indicador da agropecuária mostrou melhora no comparativo mensal, mas puxou o índice para baixo com uma queda de 2,3% em junho, ante 4,25% em maio. Na comparação com junho de 2024, desacelerou a alta, fechando em 5% em junho, após ter crescido 8,43% em maio.

ANALISTAS. Segundo a economista-chefe do PicPay, Ariane Benedito, sob a ótica macroeconômica, os números apontam para uma economia em fase de "transição". "O contraste entre a dinâmica mensal e a anual ilustra um ciclo de crescimento mais moderado, condicionado por fatores internos de demanda e externos de oferta", diz ela.

Essa desaceleração dos setores sensíveis ao ciclo econômico, para o economista da XP Rodolfo Margato, é parte da estratégia monetária contracionista.

"A maior parte dos setores perdeu fôlego recentemente", diz ele, destacando que o setor primário, incluindo a agropecuária, ainda impulsiona o crescimento no curto prazo.

Além disso, essa retração no agro, segundo Leonardo Costa, economista do ASA, ainda está "na ressaca de um primeiro trimestre muito forte". Este cenário influenciou na revisão da previsão do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre de 2025 de 0,4% para 0,3%.

Entretanto, alguns analistas, como André Valério, do Inter, minimizaram a extensão do recuo do IBC-Br, argumentando que ele foi "puxado principalmente pelo agro". O Inter estima um crescimento de 0,4% do **PIB** no segundo trimestre e acredita que "a atividade continue perdendo força ao longo do segundo semestre".

REVISÃO PARA BAIXO. Rafael Perez, economista da Suno Research, revisou a previsão de crescimento do **PIB** para 2025 de 2,4% para 2,3% após o IBC-Br de junho. Perez cita que "o recuo no mês foi influenciado, principalmente, pela retração do IBC-Br Agropecuária".

Já o Santander alertou para riscos adicionais ao **PIB**, como o tarifaço promovido pelo governo dos Estados Unidos, que pode afetar o crescimento econômico.

O banco mantém, entretanto, sua previsão de crescimento de 2,0% para o **PIB** de 2025.

**

"Desaceleração da atividade é relevante", diz executivo do BC | EDUARDO LAGUNA e C.A.

O diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), Diogo Guillen, disse ontem que a atividade econômica mostra moderação, em linha com o cenário antecipado pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Em um evento da Warren Investimentos, Guillen apresentou dados que, na margem, indicam uma redução de crescimento: "É uma desaceleração relevante, que a gente antecipa e eu acho que tem ocorrido." O executivo ponderou, no entanto, que o hiato do produto segue positivo - ou seja, a economia cresce acima de seu potencial -, o que dá resiliência, sobretudo, à **inflação** de serviços. "Isso tem contribuído para dar suporte ao consumo, tem contribuído também para sustentar a atividade", afirmou Guillen.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Prévia do PIB" recua 0,1% em junho e aponta desaceleração

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado como prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**), apresentou queda de 0,1% em junho, em relação ao mês anterior, informou ontem o Banco Central. Com isso, o indicador fechou o primeiro semestre com crescimento de 1,8%.

Ana Carolina Diniz)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A maior parte desse avanço, no entanto, foi acumulada no primeiro trimestre, que teve crescimento de 1,5%. Houve desaceleração nos três meses seguintes, com alta de 0,3%.

Em junho, o setor de serviços, que vinha puxando as oscilações positivas no ano, teve crescimento tímido, de 0,1%. Enquanto isso, houve quedas nos setores agropecuário (-2,3%) e industrial (-1,1%).

Junho foi o segundo mês seguido de queda: em maio, o IBC-Br já havia recuado 0,7%. No acumulado de 12 meses até junho, a alta do indicador é de 3,9%.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve crescimento de 1,4% do IBC-Br em junho.

O resultado reforça os sinais de que a economia brasileira manteve certo dinamismo no início do ano, mesmo com os juros ainda elevados, mas que começou a desacelerar no segundo trimestre. Para especialistas, a desaceleração deve continuar no semestre corrente.

-A avaliação é que o cenário atual reforça a tese de desaceleração da atividade, trazendo alguma tranquilidade ao Banco Central, que vê que a política monetária começa a impactar setores mais cíclicos, como a indústria. Nos serviços, devido ao mercado de trabalho ainda forte e à presença de estímulos, a desaceleração é mais lenta, mas segue a tendência esperada -diz Lucas Barbosa, economista da AZ Quest.

O próprio Banco Central e o mercado financeiro esperam um ritmo de crescimento mais moderado nos próximos meses. As projeções apontam que o PIB deve crescer cerca de 2% em 2025, abaixo dos 3,4% de 2024.

O IBC-Br é ajustado para compensar variações sazonais, como feriados e férias, permitindo uma comparação mais precisa entre períodos. (Colaborou

Reforma administrativa - CARTAS DE LEITORES

CARTAS DE LEITORES

Todos os pontos da reforma administrativa (Valor, Bruno Carrazza) focados pela Comissão da Câmara são pertinentes e justos, só que no Brasil tem uma lei que sobrepõe a todas as demais, quando se trata de benesses do poder público: direito adquirido.

Vital Ronianeli Penha vitalromaneli@gmail.com

Lulae Alckmin

Durante recente evento em Osasco, Lula da Silva, após indignar-se com a recusa do governo de Donald Trump de dialogar sobre tarifas e afirmar que o deputado Eduardo Bolsonaro não era patriota por agir contra o país junto ao governo americano, passou a rotular elogiosamente o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Geraldo Alckmin, principal representante disposto a negociar, como pessoa calma, incapaz de elevar o tom de voz e profundo conhecedor da conjuntura nacional, possuindo, portanto, todos os atributos para transacionar.

Lula tem toda a razão ao exaltá-lo. Mas, a bem da verdade, ocorreram várias exceções nas quais ele, aparentemente, perdeu o controle verbal em intensidade e qualidade. Numa delas, no calor da campanha presidencial de 2006, comparou Lula a um laçrão de carro, no embalo dos escândalos de corrupção do mensalão e noutra, em convenção, em 8 de dezembro de 2017, do hoje quase extinto PSDB, do qual Alckmin era então uma das figuras de proa, declarou que Lula e o PT, "quebraram o Brasil", adotaram um método de "confundir para dividir e iludir para reinar" e que o petista queria voltar à "cena do crime" ao concorrer à Presidência. O cidadão comum, eleitor tomado por perplexidade, se pergunta: como lidar com tamanhas reviravoltas? Resposta: é a política, estúpido! Paulo Roberto Gotaç pgotac@gmail.com

COP30em Belém

Muito criticado os preços para se hospedar em Belém, durante a COP30. Mas para o governo, o anfitrião do evento, não há crise alguma. A Presidência da República reservou 50 quartos por 14 dias, no Hotel Gran Mercure. A média diária dos quartos está entre

RS 15 mil a R\$ 20 mil, dependendo da categoria. Ocuparão essas dependências Lula e a delegação brasileira. O presidente da Áustria desistiu de comparecer devido ao alto custo das viagens e diárias. A Áustria que é considerada um país rico, com alto PIB e IDH elevado, o que indica um padrão de vida alto e uma economia desenvolvida, sem contar que a Áustria está entre os países com maior qualidade de vida, tem um presidente com os pés no chão. Aí também reside a preocupação do governante com o dinheiro alheio, coisa que não preocupa governos pobres que colocam seu bem estar acima de qualquer coisa.

Izabel Avallone izabelavallone@gmail.com

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188301?page=1§ion=1>

Citi tem lucro recorde, mas prevê "seletividade" maior no 2º semestre

Álvaro Campos

De São Paulo O Citi teve lucro recorde de R\$ 1,297 bilhão no país no primeiro semestre, alta de 45% sobre o mesmo período do ano anterior e um retorno (ROE) de 20%. O banco americano, que concluiu no ano passado um plano trinal para o Brasil, passa por uma mudança na política global e não vai mais detalhar metas por países, mas diz que seguirá crescendo a um ritmo de dois dígitos por aqui. De qualquer forma, no curto prazo, o Citi tende a ser mais seletivo, em meio a um cenário econômico mais desafiador na segunda metade deste ano.

A carteira de crédito do Citi teve queda de 12% no semestre e ficou estável na comparação anual. A inadimplência ficou em 0,8%, de 0,6% em dezembro e 0,03% um ano antes, enquanto o índice de provisionamento atingiu 3,28%, de 1,90% e 1,36%, respectivamente.

O CEO do Citi no Brasil, Marcelo Marangon, diz que os indicadores de qualidade do crédito foram impactados pela resolução 4.966 do Banco Central (BC), que alterou as regras de provisionamento, e que não há uma deterioração da carteira. "Lemos um balanço robusto e preparado para enfrentar qualquer cenário. A carteira refletiu a disciplina na gestão de riscos. Temos visto uma menor demanda dos clientes e no segundo semestre vamos ser ainda mais seletivos." Se antes o banco esperava crescer sua carteira em "mid single digit", ou seja, perto de 5%, agora Marangon diz que a expansão deve ser menor, de "low single digit". "Vai ser um crescimento baixo, fruto da menor demanda e dessa maior seletividade nossa, inclusive na atração de novos clientes. Estamos com um crescimento mais forte no corporate [do que no large corporate] e agora não vamos atrair tantos novos clientes." O "corporate" no Citi abrange empresas com faturamento anual entre R\$ 250 milhões e R\$ 5 bilhões.

Os ativos totais do Citi atingiram a marca de R\$ 189 bilhões em junho, uma redução de 11% na comparação anual, mas o banco ressalta que isso também foi reflexo da 4.966, especialmente na parte aplicável às operações de câmbio. Segundo o CEO, com as novas normas o banco teve de fazer o saldo líquido de operações ativas e passivas em câmbio, em um volume de quase R\$ 26 bilhões. Excluindo isso e

outros efeitos, os ativos teriam um crescimento de 4%. "Vamos continuar a crescer na casa de dois dígitos no Brasil, investindo em tecnologia e pessoas para expandir nosso balanço local." Marangon, que também é presidente do conselho de administração da Câmara Americana de Comércio (AmCham), diz que as exportações são cerca de 17%, 18% do PIB brasileiro, e que entre 11% e 12% vão para os Estados Unidos, sendo que quase 45% da pauta exportadora conseguiu isenção no tarifaço de Donald Trump e não vai ficar com a alíquota de 50%. "Estimamos que o impacto na economia brasileira será de 0,3 ou 0,4 ponto porcentual por ano, ou seja, em 2025 seria metade disso, 0,1 ou 0,2 ponto. Não é relevante." Segundo ele, alguns segmentos, como café, proteína e produtos siderúrgicos podem sofrer um pouco mais, mas na carteira do Citi os grandes clientes estão na lista dos que conseguiram isenção da tarifa de 50%. "As grandes empresas estão bem posicionadas." Mesmo em agro, em que o Citi teve alguns clientes em recuperação judicial no ano passado, que afetaram seus níveis de provisionamento, Marangon afirma que não há novos casos problemáticos. "Nossa exposição é concentrada em poucos clientes." Na parte de banco de investimento, o CEO diz que o cenário para dívida (DCM, na sigla em inglês) segue positivo. Em emissões de bônus externos, o Citi participou de 13 das 20 operações feitas no primeiro semestre, com uma fatia de 73% em termos de volume financeiro. "Vimos alguns clientes antecipando emissões para fugir das discussões das tarifas, antecipando o debate político das eleições de 2026. E ainda tem muita coisa para sair no segundo semestre." Já em fusões e aquisições (M A), Marangon aponta que o nível de conversas está elevado, com ativos brasileiros subavaliados, consolidações em certos setores e algumas operações estratégicas de maior porte. "O pipeline é robusto, tem bastante coisa sendo discutida. Não acho que tenha um gatilho para destravar essas operações, é questão de oportunidade e preço."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188301?page=1§ion=1>

Volume de empresas que faliram depois do processo de recuperação é recorde

O volume de empresas que não conseguiram se reestruturar e foram à falência bateu recorde no fechamento do primeiro semestre. Do total de 147 companhias que encerraram a recuperação judicial no segundo trimestre, quase 30% (43 delas) faliram. É o maior número desde abril de 2023, o início da série histórica do levantamento Monitor RGF, da consultoria RGF Associados, obtido com exclusividade pelo Valor.

Nas mais recentes edições do levantamento, os casos de falência giravam em torno de 20%. Do total, no segundo trimestre, 58% das empresas conseguiram retornar às atividades sem supervisão judicial, superando o período de recuperação judicial. E 13% tiveram seu registro baixado ou encerrado ou foram classificadas como inaptas ou suspensas por possuírem pendências - situações que podem ser revertidas com a resolução das irregularidades.

O crescimento das falências se deu em meio a um novo recorde no volume de recuperações judiciais. No fim do segundo trimestre, havia um total de 4.965 companhias em processo de reestruturação, um crescimento de 1,7% em relação ao primeiro trimestre e de 17,5% em relação ao mesmo período de 2024.

Segundo especialistas, a alta taxa de juros é o principal motivo tanto para o aumento no número de recuperações judiciais quanto para as conversões em falência. E afirmam que, apesar dos indicadores econômicos do país não estarem tão ruins, a crise no setor empresarial vem se intensificando desde a pandemia.

Ruan Buarque de Holanda, sócio da Moraes Savaget Advogados, banca especializada em reestruturações, explica que o aumento da taxa básica de juros, a Selic, diminuiu a atratividade das soluções oferecidas nos planos de recuperação. "Além do custo de captação, quando as empresas estão em recuperação há muitos anos, tanto o mercado quanto o Judiciário acabam perdendo o interesse e a salvação da empresa fica inviável", diz Holanda.

José Roberto Savoia, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), avalia que a crise não está concentrada, mas se alastra por diversos setores e estados. "O juro alto sacrificou o caixa das empresas. Além disso, quando os bancos percebem que a crise

é geral, ficam mais cautelosos com o crédito", afirma. Ele acrescenta que as situações de crise acabam expondo a fragilidade das estruturas financeiras das empresas, que muitas vezes são estruturais e impedem uma recuperação efetiva.

As empresas que convertem a recuperação em falência normalmente já estavam em situação falimentar antes mesmo de iniciar o processo, conforme o advogado e professor da Faculdade de Direito da USP Orlando Laspro. "Nesses casos, a recuperação só adiou o que era inevitável", diz. "Há empresas que conseguem aprovar um plano de recuperação judicial apenas porque, do ponto de vista dos credores, a alternativa é melhor do que a falência, mas não há intenção real nem condições de cumprimento do plano."

Savoia lamenta que as falências estejam atingindo negócios tradicionais no país. Foi o caso da fabricante de alimentos Olvebra, instalada em Eldorado do Sul (RS), que operava desde 1955 e fechou as portas em abril deste ano. A empresa pediu recuperação judicial com uma dívida de R\$ 450 milhões. Procurada, a Olvebra não deu retorno até o fechamento da edição.

O setor industrial é o segundo do ranking de recuperações judiciais no fim do segundo trimestre, com 1.121 empresas. A liderança ficou com o setor de serviços (1.127 empresas de um total de 4.965). Envolve as áreas de transporte de carga, de apoio administrativo e de aluguel e venda de imóveis, especialmente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Segundo Roberta Gonzaga, sócia da RGF, apesar do aumento no número dos processos de recuperação em todos os trimestres, isso não indica necessariamente algo ruim. "Também quer dizer que a Lei da Recuperação Judicial [nº 11.101/2005] é mais usada", diz. "Mas aprovar o plano não é suficiente, o que sustenta a virada de disciplina na execução."

Rodrigo Gallegos, também sócio da RGF, complementa que o cenário tem sido desafiador. As empresas que se endividaram na pandemia de covid-19 não conseguiram se reerguer por causa da alta da Selic. "A crise das Americanas também fez os bancos restringirem o crédito para ajustar seu modelo de concessão", explica.

Diante disso, acrescenta, as empresas tiveram que recorrer à recuperação judicial para forçar a negociação. "Em alguns setores, a alta do dólar encareceu os insumos, o que também ajudou a aumentar a alavancagem e pressionou o caixa das empresas."

Apesar do maior número absoluto, a proporção de empresas do setor de serviços em recuperação no fim do segundo trimestre ainda era a menor do país - apenas 0,94 em cada mil. No comércio, a proporção também é baixa, de 1,58, e havia 1.003 empresas em recuperação.

Fabio Bentes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), avalia que o comércio e os serviços têm se descolado do setor produtivo devido aos bons indicadores de emprego e à distribuição de renda dos programas sociais. "Os setores de comércio e serviços têm um nível de recuperação mais alto em reação ao período pré-pandemia do que a indústria, por exemplo", diz.

Na indústria, a proporção de empresas em recuperação é a segunda mais alta do país, de 6,33 a cada mil, mais de três vezes acima da média nacional, que é de 1,97. Lideram o volume de processos (1.121 no fim do segundo trimestre) as empresas de fabricação de açúcar, de embalagens de plástico, confecção de vestuário e fabricação de móveis.

A gaúcha Bakof, fabricante de caixas d'água e cisternas, engrossou a fileira de indústrias que entraram em recuperação no trimestre. Após um incêndio ter paralisado sua principal unidade produtora por 40 dias, a empresa viu seu endividamento crescer para R\$ 110 milhões. Procurada, a empresa não deu retorno até o fechamento da edição.

A situação mais delicada é a da agropecuária, com proporção de 11,49 empresas em recuperação a cada mil no país. Embora em números absolutos sejam apenas 388 empresas no total, isso representa um crescimento de 13,8% no segundo

"Infelizmente, não podemos afirmar que chegamos ao ápice"

José R. Savoia trimestre em comparação com o primeiro. A alta é puxada principalmente por 188 empresas de cultivo de soja e 73 de criação de bovinos.

As empresas de incorporação imobiliária lideram o volume absoluto de processos de recuperação entre todos os setores, com 546, três a mais que no

trimestre anterior e 232 a mais no fim de 2024. Apesar disso, o segmento de construção, energia e saneamento, que engloba as incorporadoras, foi o único pilar de levantamento a registrar queda no trimestre, de 0,9%.

Savoia acredita que há espaço para as recuperações judiciais aumentarem. Segundo ele, a crise pode se alongar nas empresas, especialmente por causa do juro alto. "Infelizmente, não podemos afirmar que chegamos ao ápice."

Por outro lado, o tarifaço do presidente dos Estados Unidos Donald Trump pode gerar efeitos colaterais positivos, se obrigarem as exportadoras a desovar a produção no mercado interno, afirma Ricardo Humberto Rocha, professor de Finanças no Insper. "Se as empresas começarem a vender no mercado interno, talvez a **inflação** estabilize, o que abre um certo espaço para o Banco Central baixar o juro. Mas, claro, se não tivermos novas notícias ruins."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188301?page=1§ion=1>

Juros altos promovem desaceleração da economia, aponta FGV

// Agência Brasil

0,5% na passagem do primeiro para o segundo trimestre. O resultado mostra desaceleração, uma vez que, no primeiro trimestre, a alta tinha sido de 1,3%. As estimativas são do Monitor do Produto Interno Bruto (**PIB**), estudo mensal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), divulgado ontem, no Rio de Janeiro. O levantamento apresenta estimativas sobre o comportamento do **PIB**, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país, e serve como prévia do dado oficial, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na passagem de maio para junho, houve expansão também de 0,5%, segundo a FGV.

Esses dados são dessazonalizados, ou seja, foram excluídas variações típicas da época do ano, para que efeitos do calendário (por exemplo, diferença no número de dias úteis) não distorçam a comparação entre períodos diferentes. O Monitor do **PIB** aponta que a economia brasileira cresceu 2,4% no segundo trimestre ante o mesmo período de 2024. No acumulado de 12 meses, a expansão é de 3,2%. Em termos monetários, a FGV estima o **PIB** do primeiro semestre em R\$ 6,109 trilhões.

FREIO DOS JUROS Juliana Trece, economista do Ibre, explicou que o crescimento do segundo trimestre se deve aos desempenhos dos setores de serviços e da indústria. Nos serviços, detalha ela, "este crescimento foi disseminado na maior parte das atividades". Já na indústria, o desempenho positivo foi concentrado na atividade extrativa, "o que mostra maior fragilidade do setor". Segundo Trece, a "relevante desaceleração" do crescimento no segundo trimestre pode ser atribuída tanto por não ter havido a forte contribuição positiva da agropecuária que houve no primeiro trimestre, quanto pelo "efeito defasado do elevado patamar dos juros na atividade econômica".

O levantamento evidencia que o consumo das famílias, apesar de mostrar crescimento, apresenta números declinantes desde o fim de 2024. No quarto trimestre daquele ano, a expansão foi de 3,7%. No primeiro trimestre de 2025, 2,6%; e no segundo trimestre, 1,5%.

Todas as comparações são em relação ao mesmo período dos anos anteriores.

A escalada dos juros começou em setembro do ano passado, quando a taxa básica (Selic) saiu de 10,5% ao ano e, gradativamente, chegou aos atuais 15%, maior nível desde julho de 2006 (15,25%). A taxa Selic é decidida a cada 45 dias pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central e consiste na principal forma de a instituição fazer a **inflação** convergir para a meta estipulada pelo governo de 3% ao ano com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Desde setembro de 2024, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) está acima do teto da meta (4,5%).

Uma face do juro alto é o efeito contracionista, que combate a **inflação**. A elevação da taxa faz com que empréstimos fiquem mais caros - seja para pessoa física ou empresas e desestimula investimentos, uma vez que pode valer mais a pena manter o dinheiro investido, rendendo juros altos, do que arriscar em atividades produtivas. Esse conjunto de efeitos freia a economia. Daí vem o reflexo negativo: menos atividade tende a ser sinônimo de menos emprego e renda. De acordo com o Banco Central, o efeito da Selic na **inflação** leva de seis a nove meses para se tornar significativo, coincidindo com a percepção do Monitor do **PIB**.

O Monitor do **PIB** é um dos estudos que servem como termômetro da economia brasileira.

Outro levantamento é o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado também nesta segunda-feira (18), que indicou expansão de 0,3% na passagem do primeiro para o segundo trimestre. Em 12 meses, o IBCBr sobe 3,9%.

O resultado oficial do **PIB** é apresentado trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A divulgação referente ao segundo trimestre será no dia 2 de setembro.

Site: <https://correio.rac.com.br>